

Ligando os Pontos:

Um Guia de Esclarecimento

sobre a Organização Mundial do Comércio e a Área Livre Comércio das Américas para Orientação da População

Autores: **Maude Barlow** e **Tony Clarke**



ÍNDICE

Autores
Maude Barlow e Tony Clarke

Edição
Brent Patterson

Ilustração da capa
Flávio Rojas

Desenho
Laura Sewell

The Council of Canadians
502-151 Slater Street
Ottawa, Ontário, Canadá
K1P 5H3

Telefone
613 233-2773

Fax
613 233-6776

Solicitações via E-mail
inquiries@canadians.org

Web site
www.canadians.org

ISBN 0-9689719-5-4

Este documento foi produzido pelo o
Council of Canadians e o Polaris
Institute em a colaboração com o
International Forum on Globalization.

AGRADECIMENTOS	2
APRESENTAÇÃO	3
PRIMEIRA PARTE – A Organização Mundial do Comércio	6
O que é a OMC?	6
Como funciona a OMC?	6
Como as regras da OMC afetam nossas vidas?	9
O que houve em Seattle?	11
O que houve em Doha?	12
Qual serão as questões mais importantes discutidas em Cancun?	13
SEGUNDA PARTE – A Área de Livre Comércio das Américas	16
O que é a ALCA?	16
O que está por trás da ALCA?	17
Como a ALCA fará cumprir suas regras?	
Como as regras da ALCA afetarão nossas vidas?	
Qual serão as questões mais importantes discutidas em Miami?	21
	23
TERCEIRA PARTE – A Combinação Perigosa	26
Que impacto terão a OMC e a ALCA sobre as pessoas das Américas e de outras localidades?	29
Que resultados podem decorrer das políticas comerciais da OMC e da ALCA?	29
CONCLUSÃO	37
FONTES E LEITURA ADICIONAL	42
RECURSOS NA INTERNET	45
SOBRE OS AUTORES	46
	47

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer os seguintes indivíduos por suas contribuições na elaboração deste documento: Ellen Gould, Scott Sinclair, Lori Wallach, Steven Shrybman, Vandana Shiva, Martin Khor, Shefali Sharma, Barry Coates, Sara Larrain, Pablo Salon, Ken Traynor, Timi Gerson, Victor Menotti, Oliver Hoedeman, Aileen Kwa, Walden Bello, Mike Waghorn, Clare Joy, e Ronnie Hall. Gostaríamos também de mencionar nosso agradecimento especial ao Alberto Villarreal por seus comentários e sugestões na elaboração desse documento.

APRESENTAÇÃO

A Organização Mundial do Comércio (OMC) estará realizando sua V Reunião Ministerial em Cancun, México, de 10 a 14 de setembro de 2003. Lá, os 146 países membros da OMC intensificarão as negociações para concluir a Agenda de Desenvolvimento de Doha, lançada durante a IV Reunião Ministerial da OMC em Doha, Qatar, em novembro de 2001.

Há muito em jogo, dependendo do sucesso ou fracasso dessa reunião. Os riscos são enormes. Governos poderosos e suas comunidades de negócios buscam maior liberalização dos serviços, da agricultura e dos direitos de propriedade intelectual, bem como de novas e ousadas iniciativas de investimentos, concorrência e processos de licitação dos governos. Os líderes da OMC – a União Européia (UE) e os Estados Unidos – determinaram que o prazo para conclusão dessa “rodada” de negociações será no final de 2004. Em Cancun, será intensa a pressão para que países menores e governos relutantes assinem o contrato de participação.

De 20 a 21 de novembro de 2003, isso é, dois meses após a reunião em Cancun, ocorrerá a VIII Reunião da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em Miami na Flórida. Lá, os 34 países membros do Hemisfério Oeste (com exceção de Cuba) estarão trabalhando na construção do que se espera serem os toques finais na criação de um regime amplo de livre comércio e de investimentos, expandindo dramaticamente o escopo e tamanho do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). Assim como a Rodada de Doha da OMC, a ALCA está agendada para ser assinada pelos chefes de estado até o final de 2004, quando então será enviada para a capital de cada nação para ratificação em 2005.

Esses dois tratados de comércio e investimentos, por si sós, levarão ainda mais adiante um regime global de liberalização, privatização e desregulamentação, ao mesmo tempo em que permitem controle ainda maior às corporações multinacionais. Os governos ficarão cada vez mais limitados em sua habilidade de fornecer serviços públicos para seus cidadãos, controlar e proteger seus recursos naturais e estabelecer padrões de saúde, segurança e ambientais que desagradem os interesses das grandes empresas.

Para as pessoas do Hemisfério Oestes, o duplo impacto das novas regras da OMC e da recém cunhada ALCA será profundo. A ALCA conterà o pior da OMC, incluindo uma ampla gama de acordos baseados no Acordo Geral de Comércio e Serviços (GATS), bem como as provisões de investimentos do NAFTA, que permitem que as corporações processem os governos através de tribunais juridicamente vinculantes. A combinação desses dois poderes em um acordo concederá direitos nunca antes concretizados às corporações transnacionais do hemisfério, para concorrerem ou mesmo desafiarem todos os serviços governamentais realizados com fundos públicos, incluindo os serviços de saúde, educação, segurança social, cultura e abastecimento de água. Além disso, a inclusão do Acordo Sobre a Agricultura (AOA) e Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) na ALCA pode prejudicar seriamente as regiões rurais e de rica biodiversidade da América Latina.

Ambos acordos contêm novas provisões sobre as políticas de concorrência, licitação governamental, acesso a mercados e investimentos, que podem remover a habilidade de todos os governos das Américas de criar ou manter leis, padrões e regulamentações que protejam a saúde, a segurança e o bem estar de seus cidadãos e do ambiente que partilham. E, na medida em que esses acordos são elaborados atualmente, nenhum destes contêm mecanismos de segurança para proteger os trabalhadores, os direitos humanos, a segurança social ou os padrões de saúde ou ambientais. É importantíssimo que a população das Américas aprenda sobre a OMC, assim como com a mais familiarizada ALCA. Vencer contra a ALCA para acabar sendo governado pela OMC seria no mínimo uma vitória pírrica.

As populações da Ásia, África e Europa também sentirão o impacto dos dois acordos. Os “avanços” nas negociações comerciais realizadas através de importantes acordos regionais, assim como o NAFTA, serão eventualmente encontrados na OMC. Por exemplo, os dispositivos investidor-estado do NAFTA que permitem às corporações processar governos, nas situações em que o modelo de Acordo Multilateral de Investimentos tenha falhado. Caso os lobistas que apoiam essas regras de investimentos obtenham sucesso em sua inclusão na ALCA, apesar da profunda resistência da América Latina, eles terão novo ímpeto para tentar novamente um MAI completo na OMC. Portanto, é extremamente importante que as populações de outros continentes, aprendam sobre as implicações do acordo hemisférico de natureza comercial e de investimentos de maior alcance do planeta.

Tudo isso está ocorrendo num importante momento político. Os Estados Unidos, sob a direção de George W. Bush rejeitaram a lei internacional e declararam-se unilateralmente, árbitros do bem e do mal no mundo. Estados-nação, culturas e sociedades que não se afinem com a interpretação da Administração Americana de “livre democracia” tornam-se, por definição, inimigos potenciais dos Estados Unidos e de seus interesses. Acordos comerciais, assim como os dois atualmente em negociação, são uma extensão da política comercial Americana; qualquer país que questionar os princípios básicos de tais acordos torna-se suspeito de alguma forma. Durante a última reunião da OMC no Qatar, ocorrida poucos meses após os ataques do dia 11 de setembro de 2001, o representante americano, Robert Zoellick, deixou claro para os países membros que seu governo julgaria seus amigos da frente anti-terrorista, tendo por base sua lealdade no aspecto comercial. Mais que nunca, essas discussões comerciais serão dominadas pelos interesses da única superpotência mundial.

Da mesma forma, essa Administração Americana provavelmente terá memória longa com relação a quem foram seus amigos e quem lhes falhou fidelidade na

A Trindade Pouco Santa da América Latina

Para a população da América Latina, a OMC e a ALCA certamente não são os primeiros agentes do neoliberalismo.

Durante os últimos 25 anos, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) têm sido os agentes preparatórios para a abertura dos mercados na maior parte dos países da América Latina. Como condições impostas para a renovação do financiamento das dívidas, os governos têm sido compelidos a adotar programas de ajuste estrutural, elaborados para abrir os mercados às corporações multinacionais, a reorientar suas economias para a exportação, realizar cortes drásticos nos investimentos em programas sociais e a saldar suas dívidas em moeda estrangeira. Além disso, esse também foi o período em que grande parte a América Latina foi administrada por governos militares. Em outras palavras, muitas dessas ‘reformas’ econômicas e sociais de base neoliberal foram impostas e realizadas durante ditaduras militares.

Agora, a ALCA e a OMC estão em vias de fechar esse triângulo. Além do vínculo com a dívida e com as ditaduras militares, o neoliberalismo tem sido protegido pelos novos regimes comerciais. Juntos, os três regimes – dívida, militarismo e comercial – constituem uma ‘trindade pouco santa’ para a grande maioria dos latino-americanos. Afinal, essas forças têm resultado em sofrimento humano sem precedentes, especialmente para a maioria pobre, isso sem levar em conta a destruição do meio ambiente ocorrida durante o último quarto de século. Hoje, essa ‘trindade pouco santa’ paira sobre o futuro da América Latina, representando uma tripla ameaça tanto para a população como para a natureza.

Nosso enfoque sobre os regimes comerciais duplos da OMC e da ALCA nesse manual deve-se, portanto, ser observado sob o contexto da dívida e do militarismo como sendo as forças dominantes que delinearão a vida e a sociedade contemporânea na América Latina.

guerra do Iraque. Apesar de os sempre práticos líderes comerciais americanos não quererem interromper as oportunidades de negócios com países que não apoiaram a guerra, é menos provável que a administração Bush direcione sua atenção para as necessidades comerciais de parceiros como o Canadá, a Alemanha e o México. Os interesses de segurança americanos, bem como os interesses comerciais do mesmo país, determinarão o tom político dessas negociações.

Mas há esperança. Existem divisões profundas entre os países do Terceiro e Primeiro mundo sobre o conteúdo desses acordos. É improvável que as nações mais pobres permitam-se ser "forçosamente direcionadas" assim como em Doha. Da mesma forma, houve uma mudança significativa no cenário político latino-americano. Diversos países elegeram governantes da esquerda que provavelmente rejeitarão elementos significativos tanto da ALCA como da OMC, caso sua determinação e pressão pública permaneçam fortes. Diversos países da América Central e Sul, devastados por anos de políticas neoliberais, estão tomando posições duras contra o avanço nas privatizações de suas indústrias de exploração de recursos naturais e de serviços sociais.

Além disso, pode-se observar o estabelecimento de um movimento de justiça social nos níveis internacional e hemisférico, envolvendo redes tais como a Nosso Mundo Não Está a Venda (Our World is Not for Sale), Rede do Terceiro Mundo (Third World Network), Enfoque sobre o Sul Global (Focus on the Global South), e a Aliança Social Hemisférica (Hemispheric Social Alliance) que apresentam análises críticas e de grande alcance às alternativas de comércio justo. Por todo o mundo os grupos observam seus governos de forma bem próxima. Estes grupos constituirão a oposição do cidadão durante as reuniões em Cancun e Miami, e estarão levando sua mensagem para o mundo. Esperamos que essa preparação venha a equipá-los com informações vitais necessárias nos caminhos para Cancun e para Miami.

PRIMEIRA PARTE

A Organização Mundial do Comércio

O que é a OMC?

A Organização Mundial do Comércio foi criada em 1995 durante a conclusão das negociações da “Rodada do Uruguai” do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Esse acordo não cancelou o GATT. Pelo contrário, a OMC começou a fazer cumprir aquele acordo além de outros, usando seu *status* como instituição permanente com um secretariado enorme. A OMC é uma instituição comercial global com poderes concretos. Dentre suas funções, é responsável pela administração de dezenas de acordos comerciais internacionais e por declarações em diversos assuntos que vão desde a agricultura até os direitos de propriedade intelectual. Também administra disputas comerciais, monitora políticas comerciais nacionais e opera como fórum de ligação para as negociações comerciais globais referidas como “rodadas”.

Desde a criação do GATT em 1948, houveram oito rodadas de negociações comerciais, cada qual consistindo de uma série de reuniões intercaladas por diversos anos, a fim de negociar uma agenda fixa de matérias. As seis primeiras rodadas enfocaram exclusivamente sobre a redução de tarifas sobre produtos. Porém, a sétima, a chamada “Rodada de Tóquio” (1973-1979) coincidiu com o surgimento de uma forte ideologia baseada no mercado em Washington, e o surgimento das gigantescas corporações transnacionais. Essas corporações, das quais quase a totalidade era sediada nos países industrializados do Norte, queriam maior acesso à mão-de-obra e mercados consumidores desregulamentados, além de expansão de seu suprimento de recursos naturais.

Dessa forma, as negociações comerciais começaram a lidar com “barreiras não-tarifárias” – as regras, políticas e práticas dos governos que poderiam ter impacto sobre o comércio, que não fossem as tarifas propriamente ditas. Grupos de cidadãos iniciaram o monitoramento do GATT pela primeira vez, particularmente nos países do Terceiro Mundo em função das barreiras não-tarifárias poderem ser aplicáveis a tudo que os governos fazem, incluindo serviços sociais e proteção da saúde e do meio ambiente.

As negociações da Rodada do Uruguai (1986-1994) ampliaram o alcance das discussões de maneira dramática, apresentando problemas relacionados à agricultura e à prestação de serviços, e incluindo áreas até então não associadas ao comércio. Foi durante esses anos que o Canadá, os Estados Unidos e o México negociaram o NAFTA, processo que levantou diversas preocupações, tais como serviços e investimentos, que seriam discutidos pela recém criadas OMC.

Sediada em Geneva na Suíça e composta por mais de quinhentos funcionários, a OMC faz cumprir mais de vinte acordos internacionais individuais, usando para isso tribunais internacionais que julgam as disputas. Apesar de todos os países parecerem “iguais” perante a OMC no papel, na realidade, os países maiores possuem poder econômico e político, além de domínio militar para resistir ou afastar sanções econômicas com origem em países menores, tomando em consideração que os países menores estão sempre em situação de desvantagem qualquer que seja a disputa.

Como Funciona a OMC?

A OMC foi cuidadosamente elaborada como nenhuma outra agência internacional. Diferentemente do GATT, criado para funcionar como um contrato de negócios entre as nações, a OMC possui “personalidade jurídica” e dispõe de poder para fazer cumprir suas determinações. Possui status internacional equivalente ao das

Nações Unidas, porém, possui poderes e ferramentas de um governo global. As sentenças da OMC são tão poderosas que têm precedência sobre os Acordos Ambientais Multilaterais (MEA), tais como a Convenção sobre a Diversidade Biológica, acordos de direitos humanos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, e sobre os códigos trabalhistas internacionais, tais como os da Organização Laboral Internacional (ILO). As determinações da OMC também são aplicáveis a leis em todos os níveis dos governos domésticos – federal, provincial, estadual e municipal.

Alavancas de Poder

De acordo com os mecanismos de resolução de disputas da OMC, os países membros, freqüentemente representados por seu setor empresarial, podem desafiar as leis, políticas e programas de qualquer outro país, alegando que esta viola as regras da OMC. Os painéis de peritos apontados possuem o poder de determinar alegações de supostas violações dessas regras e aplicar punições. O país perdedor dispõe de três opções: mudar suas leis de forma a entrar em conformidade com a determinação da OMC; enfrentar sanções econômicas severas e permanentes; ou pagar uma compensação permanente para o país vencedor. Dado o fato de sua única função ser a de julgar se uma política de um determinado país representa uma “barreira comercial”, os painéis não precisam levar em consideração outros fatores tais como a saúde pública, justiça econômica ou soberania democrática. As organizações não-governamentais (ONGs) e outros interesses não comerciais ficam totalmente excluídos desse processo.

Esses tribunais poderosos têm autoridade para anular leis domésticas, políticas e programas de outros países, e para forçá-los a estabelecer novas regras que sejam mais favoráveis aos interesses comerciais. A grande maioria das definições da OMC tem favorecido, até o momento, os interesses das corporações acima dos das nações e de seus padrões sociais e ambientais. As decisões tomadas pelos painéis podem ser recorridas, porém apenas um voto unânime de todas as nações membro pode sobrepor uma determinação da OMC.

Apesar de as decisões oficiais da OMC serem tomadas através de voto ou por consenso do Conselho Geral dos 146 membros, o poder de tomada de decisões reais cada vez mais se concentra no que é chamado de “QUAD” – Estados Unidos, União Européia, Japão e Canadá. O QUAD reúne-se diversas vezes ao ano para tomar decisões chave sobre as prioridades da OMC. Essas reuniões ocorrem a portas fechadas sem a participação de outros países, e, apesar do grupo não estar formalmente estruturado como conselho executivo da OMC, dada a natureza de seu poder, torna-se, de fato, apto a exercitar poderes executivos. Caso um país menor obstrua as decisões ou prioridades do QUAD, este poderá ser ameaçado através de boicotes aos investimentos e redução ao acesso aos fundos de ajuda do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Acordos da OMC

Os principais acordos administrados pela OMC incluem:

- **O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)**, cujo mandato é eliminar todas as barreiras tarifárias e não-tarifárias remanescentes que impeçam o movimento de capital e de bens pelas fronteiras das nações-estados;
- **O Acordo Geral de Comércio em Serviços (GATS)**, primeiro acordo multilateral juridicamente obrigatório no setor de prestação de serviços. Estão em andamento as negociações para expandir a amplitude do GATS para incluir todos os serviços, inclusive os públicos que podem ser abertos à concorrência de corporações transnacionais e à privatização.
- **Direitos de Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio (TRIPS)**, que determina regras globais sobre patentes, direitos autorais e marcas registradas com acesso restrito a medicamentos que podem salvar vidas e outorgar patentes de diversas plantas e animais, bem como de sementes, abrindo as portas para a biopirataria e mercantilização da biodiversidade.

- **Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMS)**, que dita o que os governos podem ou não fazer na regulamentação do investimento estrangeiro;
- **O Acordo sobre a Aplicação de Padrões Sanitários e Fitossanitários (SPS)**, que determina restrições sobre as políticas governamentais relacionadas a saúde alimentar, saúde das plantas e animais, variando daquelas que governam o uso de pesticidas ao uso de contaminantes biológicos, de políticas de inspeção alimentar à etiquetagem de alimentos produzidos através da engenharia genética.
- **Acordo sobre Serviços Financeiros (FSA)**, estabelecido para remover obstáculos ao livre movimento de corporações de serviços financeiros, incluindo bancos e seguradoras. Isso abre as portas às megafusões no setor financeiro e à perda do controle econômico local;
- **O Acordo sobre a Agricultura (AOA)**, que define as regras de comércio internacional de alimentos e restringe a política agrícola doméstica, incluindo a proteção contra o 'dumping', proteção para produtores de pequena escala com produção para consumo pelo mercado interno, apoio do governo para os produtores que utilizam práticas sustentáveis mantendo reservas de alimentos em estoque e garantindo que os cidadãos tenham um suprimento alimentar adequado.
- **O Acordo sobre Subsídios e de Medidas de Direitos Compensatórios (ASCM)**, que impõe limites sobre o que os governos podem ou não subsidiar e contém diversas brechas que favorecem os países ricos e os agronegócios;
- **O Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT)**, delimita regulamentações nacionais (barreiras não-tarifárias) que interferem com o comércio, tais como regulamentações de etiquetagem ecológica;
- **O Acordo sobre Licitação Governamental (AGP)**, que impõe limites sobre as compras dos governos, incluindo o 'conteúdo doméstico' ou os requerimentos de desenvolvimento comunitário.

Influência Corporativa

A OMC está organizada de forma a servir os interesses das grandes empresas e para promover a globalização econômica num mundo cada vez mais dominado pelas corporações transnacionais. (Das 100 maiores economias mundiais, 53 são atualmente corporações.) O que essas corporações desejam é operar dentro de regras harmonizadas e com pouca interferência de um país para o outro. Para que isso ocorra, os governos devem perder seus poderes de definir as regras e padrões para o país. A meta essencial das regras da OMC é de desregulamentar o comércio internacional. Os acordos da OMC fornecem listas compreensivas de atuações que os governos não mais podem exercer. Portanto, não é de se surpreender que as corporações transnacionais e seus associados domésticos e internacionais tenham tido voz direta sobre o delineamento de toda a estrutura da OMC desde o seu início.

Nos Estados Unidos, mais de quinhentas corporações e representantes de empresas possuem consultores comerciais com credenciais de "visto de segurança" emitidas pelo governo, incluindo a Câmara de Comércio dos Estados Unidos, diversas das empresas do Fortune 500, a Business Roundtable (Mesa Redonda Empresarial – BRT), e uma série de grupos lobistas do setor industrial. A BRT, que representa as duzentas maiores corporações dos Estados Unidos, lançou recentemente uma campanha multimilionária para garantir o sucesso da reunião de Cancun e está coordenando seu trabalho com seus contrapartidas do QUAD, incluindo o Canadá. Além disso, o Representante Comercial dos EUA trabalha muito proximamente com a Coalizão das Indústrias de Prestação de Serviços. Entre seus membros encontram-se as principais gigantes do setor energético, de seguros e financeiro, bem como as maiores empresas do ramo farmacêutico e os mais novos participantes no campo, como por exemplo as HMOs (Organizações para a Manutenção da Saúde) que foram imprescindíveis na criação da lista de serviços que os EUA buscam através do GATS.

A poderosa Associação de Fabricantes e Pesquisadores Farmacêuticos baseada nos EUA gastou \$197 milhões de dólares para eleger os Republicanos, nas eleições do ano 2000, para governar os Estados Unidos e proteger seus monopólios sobre as patentes. Esse foi o maior montante gasto por um setor corporativo para a realização de campanhas eleitorais da história americana. Além disso, o Embaixador Allen Johnson, Chefe de Negociação da Agricultura para o governo dos EUA em todas as negociações comerciais internacionais, atuava anteriormente como Presidente da Associação Nacional de Processadoras de Sementes Oleaginosas, cujos membros representam as principais corporações de fazendas de produção em grande escala e das empresas de biotecnologia do mundo, incluindo a ConAgra, Cargill, Unilever e a Procter & Gamble.

O mesmo ocorre nos outros países do QUAD. No Japão, é o grupo lobista do setor industrial, o Keidanren. Na Europa, o Comissário da União Européia nas Políticas e Administração da OMC mantém vínculos diretos com a Mesa Redonda das Indústrias Europeias (ERT), que é composta por representantes das cinquenta maiores corporações europeias. O Fórum Europeu de Prestação de Serviços tem feito lóbi de maneira a pressionar para remover as isenções para serviços públicos do GATS. De fato, o Diretor Geral de Comércio, Ulrike Hauer, através de uma carta escrita em maio de 2002 ao Presidente das três maiores corporações que trabalham com água na Europa – Vivendi, Suez e RWE/Thames - agradeceu a estas por sua contribuição durante as negociações no sentido de reduzir as barreiras comerciais para os serviços hídricos. No Canadá, o Conselho Canadense de Chefes Executivos (Canadian Council of Chief Executives – CCCE), representando as 150 maiores corporações canadenses, trabalha proximamente do governo de Jean Chretien para promover as negociações para a OME e para a ALCA.

Nenhum desses privilégios é dado para organizações não governamentais sem fins lucrativos. Um oficial sênior da OMC disse ao jornal Financial Times que a OMC “é o local onde os governos conspiram em privado contra seus grupos de pressão domésticos”.

Como as regras da OMC afetam nossas vidas?

Desde a sua criação em 1995, a OMC tornou-se uma grande influência nas vidas dos cidadãos do mundo. Através do uso das regras fundamentais da maioria dos acordos ordenados pela OMC em combinação com os mecanismos de cumprimento da OMC, os principais blocos de poder e setores empresariais estão forçando diversos países a enfraquecerem suas estruturas regulatórias em muitas áreas importantes.

Segurança Social

A ameaça da OMC à segurança social dos cidadãos de todos os países membros advém das novas propostas de serviços – o GATS. A meta dessas negociações é reestruturar radicalmente o papel dos governos por todo o mundo através de tomadas de decisões governamentais de amplitudes cada vez maiores na cadeira da OMC. O GATS é aplicável a todos os níveis de governo, incluindo as políticas governamentais de uma enorme gama de serviços. Estes incluem: saúde; cuidados hospitalares; assistência nas residências; saúde bucal; creches; educação primária, secundária e pós-secundária; museus, bibliotecas, assistência jurídica, assistência social; arquitetura; energia; serviços hídricos; serviços de proteção ambiental; turismo; serviços postais; publicações e transmissões via rádio e televisão – entre outros. Em última instância, o objetivo do GATS é a “liberalização progressiva” até que esses serviços estejam totalmente comercializáveis. Isso significa que todas essas áreas, uma vez prestadas pelos governos como direito fundamental e sem fins lucrativos, podem eventualmente ser oferecidos pelas corporações e por aqueles que possam desempenhar a atividade de forma lucrativa.

Os riscos potenciais para a segurança social dos cidadãos do mundo são enormes. Os gastos globais anuais com a educação hoje estão em mais de \$2 trilhões de dólares americanos, e com os serviços de saúde a cifra é de \$3.5 trilhões. As companhias transnacionais predatórias e poderosas que querem utilizar os processos

da OMC/GATS para dismantelar os sistemas públicos domésticos têm como meta a educação, saúde, o bem estar e os serviços hídricos. A estratégia é aplicar os mesmos tipos de regras utilizadas pela OMC aos governos que desempenham esses serviços. Tratam-se das mesmas regras que derrubaram os padrões domésticos nas áreas de cultura, ambiental e comércio justo.

Tecnicamente falando, os governos podem isentar determinados serviços da aplicação das regras do GATS. Entretanto, esses serviços têm que estar completamente livres de concorrência para serem qualificados para essa isenção. Há poucos países no mundo que não dispõem de medida de educação privada, serviços privados de saúde ou prestação de serviços hídricos de natureza privada. Uma vez que as operações tenham sido privatizadas num determinado setor, a isenção torna-se basicamente nula ou cancelada. As discussões atuais colocam grande pressão sobre os governos para que esses ampliem o tipo e número de serviços sob aplicação do GATS e para fazer com que os governos concordem com futuras restrições em suas estruturas regulatórias. A pressão também visa adicionar o termo "Tratamento Nacional" ao setor de serviços o que permitiria que corporações estrangeiras instalassem uma "presença comercial" em outros países podendo então se valer de subsídios públicos atualmente restritos para empresas domésticas, sem fins lucrativos, como, por exemplo, para escolas e hospitais.

A privatização em massa, que é uma meta além de ser o resultado lógico do GATS, marginalizaria vastos setores da sociedade dos serviços básicos e possui impacto devastador nos trabalhadores do setor público e sobre os padrões de trabalho de forma geral. A desregulamentação das estruturas de governo afetaria os padrões trabalhistas. Para competir globalmente, de acordo com o mundo regido pela OMC, as empresas domésticas teriam que buscar o mesmo nível de atuação que as transnacionais, piorando as condições de trabalho e os salários.

Segurança Ambiental

Dois dispositivos de livre comércio, o "Tratamento Nacional" e o "Nação Mais Favorecida", têm efeito negativo sobre o meio ambiente por prevenir que os governos venham a definir padrões que favoreçam bens produzidos ou colhidos de forma ambientalmente sustentável. Tais dispositivos determinam que os países devem tratar os produtos "similares" de um país tão favoravelmente quanto os do outro país e que não se permita fazer distinções entre os produtos estrangeiros com relação ao similar nacional e que as quotas ou exclusões impostas por condições ambientais podem ser desafiadas por constituir protecionismo indevido. Objeções com relação aos métodos de produção não podem ser utilizadas para se banir um produto. Isso legaliza toda uma gama de práticas ambientais terríveis e desumanas.

O Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio força as nações a provar que suas leis ambientais são "necessárias" e que foram estabelecidas da forma menos "restritiva ao comércio". Isso significa que um país tem sobre si a responsabilidade de provar uma questão negativa ao invés de ter o direito de adotar o "princípio de precaução", atuando de forma cautelosa no caso de dúvida. O teste "menos restritivo ao comércio" criou um "efeito arrepio", levando os países menores a evitar a adoção de padrões tais como etiquetagem ecológica temendo ficarem expostos ao desafio da OMC.

A OMC também sabota o progresso em Acordos Ambientais Multilaterais por embutir "Dispositivos de Superioridade da OMC" nos mesmos de forma que, em caso de discordância, as regras da OMC é que prevalecem. Mesmo quando uma MEA parece compatível com a OMC, outras regras podem interferir. Por exemplo, as regras da Convenção sobre a Diversidade Biológica estão sendo enfraquecidas pela OMC com suas regras obrigatórias na promoção da agricultura industrial e de patentes sobre o conhecimento indígena. (Os EUA não assinaram a Convenção e defendem a supremacia da OMC sobre o assunto.)

Segurança Alimentar

O principal objetivo do Acordo sobre a Agricultura da OMCA é o de reduzir ou eliminar as tarifas de importação agrícola e as Restrições Quantitativas (QR). Apesar da maior parte do Sul (e do Canadá) já ter terminado as QRs, bem como com os subsídios domésticos e de exportação, os EUA, através de sua Lei de Fazenda de 2001 injetou enormes montantes na produção alimentar americana, e a UE com sua Política Agrícola Comum ampliará seus subsídios até o final de 2013. Isso permitiu que alimentos baratos e subsidiados do Norte inundassem o Terceiro Mundo. A importação de carnes subsidiadas da Europa, por exemplo, têm ajudado a eliminar as economias pastorais e as culturas do Oeste da África.

Por todo o mundo, as fazendas de produção familiar e pequenas operações agrícolas têm sido destruídas pelo livre comércio na agricultura. Mesmo no Norte, é quase impossível de se garantir um retorno justo às fazendas em função da inundação de produtos importados baratos produzidos sob condições degradantes e padrões em decadência. Quando as pequenas fazendas perdem seus lucros em função das flutuações mundiais dos preços das mercadorias, elas podem ser totalmente eliminadas do mapa. Apenas as grandes fazendas podem sobreviver, por contarem com o apoio e investimento das megacorporações.

As regras da AOA também significam que a soberania das nações fica agora em posição ridícula de não poderem sustentar estoques de alimentos como medida de precaução contra secas, quebras de culturas ou mesmo guerra. Essas ficam forçadas a comprar tudo o que precisam no mercado aberto. "A auto-suficiência alimentar" agora significa ter o dinheiro para comprar alimentos e não a habilidade de produzi-los no próprio país. O alimento passa a ser cultivado pelas corporações e para o mercado global, ao invés de pelos produtores locais e para o consumidor local. A OMC coloca o pano de fundo para a disseminação da biotecnologia na forma de alimentos geneticamente modificados, bem como o controle de sementes pelas corporações de ciência da vida que forçam os produtores, através de contratos, a comprar suas sementes todos anos através das provisões do TRIPS, ou a enfrentarem sanções e multas.

O acordo SPS da OMC reduz a habilidade dos governos de manter padrões seguros de alimentação. Por exemplo, o Canadá e os Estados Unidos utilizaram o SPS de forma bem sucedida para acabar com a proibição da entrada da carne Norte Americana na Europa, produto esse que contém hormônios que possivelmente causam câncer. O painel da OMC disse que a UE não possuía "certeza científica" da nocividade desses hormônios.

O que houve em Seattle?

A Organização Mundial do Comércio realizou quatro reuniões ministeriais desde sua criação: Em Singapura em dezembro de 1996; em Geneva em maio de 1998; em Seattle em dezembro de 1999; e em Doha em novembro de 2001. A maior parte dos cidadãos do mundo ouviu falar sobre a OMC em Seattle, durante a "Rodada Milenar" (popularmente conhecida como a "Batalha de Seattle"), quando as negociações falharam durante demonstrações públicas em massa.

A agenda para Seattle era ambiciosa: Dentre estas estavam incluídas agricultura, prestação de serviços, direitos de propriedade intelectual, licitação governamental (contratos), e regras de concorrência. Seattle foi escolhida como o local para o encontro por este seria totalmente patrocinado pelo setor privado (pela primeira vez) e a cidade é o lar de Bill Gates da Microsoft e de Phil Condit da Boeing, co-anfitriões da reunião ministerial e que montaram o "quem é quem" dos patrocinadores corporativos. Sabendo da presença de mais de três mil jornalistas, o então Presidente Bill Clinton viu a reunião como uma oportunidade para demonstrar a força econômica americana. A Representante Comercial dos EUA, Charlene Barshefsky, e o co-presidente do evento Michael Moore, também Diretor da OMC, realizaram a reunião com punhos de aço.

Três fatores levaram ao inconcluso desfecho dessa reunião Ministerial. O primeiro foi a coalizão global em grande escala de organizações influentes nos setores trabalhista, ambiental, de direitos humanos, diversidade cultural, indígena, produção agrícola, consumidores e organizações de justiça social que se uniram antes e durante a reunião para colocar enorme pressão sobre seus governos para não se comprometerem com a nova rodada. As famosas batalhas que ocorreram nas ruas durante essa reunião evitaram a ocorrência de sérias negociações.

A Segunda foi o profundo e não resolvido contencioso entre os Estados Unidos e a União Européia sobre a questão da segurança alimentar. A UE foi intransigente em sua recusa em sucumbir ao seu direito de banir ou controlar produtos geneticamente modificados e hormônios importados, que considerou perigosos para a saúde de seus cidadãos. Os Estados Unidos (e diversos outros países, incluindo o Canadá) foram igualmente intransigentes quanto ao uso da falha das negociações na OMC para defender seus direitos nacionais de banir tais importações.

Por último, os delegados do Terceiro Mundo, que acreditavam com quase total unanimidade, que a OMC não cumprira com suas promessas iniciais em relação ao Sul, se uniram de maneira sem precedentes em demonstração de solidariedade contra o poder do QUAD e de suas intenções quanto aos "novos problemas". Cada encontro Ministerial apresenta uma Declaração em andamento, sobre as quais todas as nações trabalharam durante os meses precedentes, e que se torna então a base das negociações. No texto de oitenta páginas e altamente controverso de Seattle, havia inúmeros sinais de parênteses, mostrando a falta de consenso presente já antes do início da reunião. Apesar das intensas testas franzidas por parte dos EUA e dos países do QUAD, os delegados dos países em desenvolvimento mantiveram-se firmes. A Rodada do Milênio terminou num desastre total.

O que houve em Doha?

Os países do QUAD e as potências da OMC decidiram que isso não ocorreria novamente. Escolheram o rico Estado do Qatar para sua próxima reunião ministerial, a então chamada "Rodada de Desenvolvimento". Essa se deu no Golfo Pérsico, num local onde não há liberdade de expressão, tornando impossível qualquer demonstração visível de oposição por parte da sociedade civil. Da mesma forma, a Europa e os EUA trabalharam fervorosamente por trás dos bastidores para garantir solidariedade, ou pelo menos a aparência de solidariedade sobre a questão da segurança alimentar.

Mais importante de tudo, os poderes da OMC decidiram por não apresentar outro texto coberto de sinais de parênteses, motivo de disputas entre o norte e o sul. Ao invés disso, o Secretariado da OMC, numa medida arbitrária, apresentou uma curta Declaração durante a abertura da reunião, que favoreceria as intenções do QUAD de passar rapidamente por uma série de "novas questões", ao invés de abordar as questões promessas passadas e não resolvidas referentes aos países do Hemisfério Sul. Esse texto unilateral tornou-se o programa de negociações. Os países do Terceiro Mundo foram ludibriados antes mesmo de iniciadas as negociações e ficaram furiosos.

Porém, o momento político estava contra a frente unida do Sul, assim como muitos desses truques. As negociações de Doha foram realizadas apenas dois meses após os ataques terroristas nos Estados Unidos, e o s EUA fizeram uma ligação entre a luta contra o terrorismo e uma nova rodada de negociações mundiais e uma agenda ambiciosa de novos itens de interesse das corporações dos EUA. Nesse ambiente político altamente eletrizado, tornou-se muito difícil para qualquer país dizer não aos Estados Unidos que colocava pressão intensa sobre os países menores para que assinassem a nova rodada.

Seis “amigos do Presidente” - ministros de comércio de países que apoiavam a nova rodada- foram enviados para promover questões contenciosas tais como investimentos e acesso a mercados para conversarem com os delegados relutantes do Terceiro Mundo. O QUAD finalmente conseguiu explorar a vulnerabilidade dos países pobres, após sessões intensas durante toda a noite e a portas fechadas envolvendo ligações para suas capitais. No último minuto (e um dia atrasados), foi produzido e assinado pelos exaustos delegados do Terceiro Mundo, um texto contendo toda a agenda do QUAD.

O programa de Doha é uma agenda ambiciosa de 19 negociações multilaterais, que inclui: pressão acelerada em setores em andamento tais como agricultura e serviços; nova pressão para que os países de Terceiro Mundo abram suas últimas indústrias para os estrangeiros que passarão a controlá-las; e agora, a maré está tranqüila para se passar a tratar das “novas questões” – investimentos, licitações governamentais e política de concorrência. Como medida de segurança, a UE adicionou um dispositivo durante o último dia, derrubando as barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio e aos serviços ambientais tais como o de abastecimento de água. Os negociadores exaustos nem mesmo notaram o ocorrido.

Numa “Declaração Conjunta” amplamente endossada, a sociedade civil condenou completamente o processo de Doha e seu resultado como sendo ilegítimo, profundamente não democrático e como sendo um “desastre ao desenvolvimento”, e comprometeu-se em lutar para impedi-la em Cancun.

Qual serão as questões mais importantes discutidas em Cancun?

Durante meses, após a reunião em Doha, o Secretariado da OMC tem trabalhado fervorosamente para avançar as negociações em todas essas frentes de forma que muitos desses contratos possam ser concretizados antes da V Reunião Ministerial. Apesar do novo Diretor Geral, o economista tailandês Dr. Supachai Panitchpakdi ser o primeiro líder da OMC originário do Sul, ele deverá apresentar os delegados do mundo em desenvolvimento quando estes chegarem na cidade turística de Cancun no México.

As linhas de batalha já foram estipuladas. O Comitê de Negociações Comerciais (TNC), novo organismo poderoso da OMC e que coordenou o programa de trabalho em Doha, realizou um trabalho intensivo de pré-negociação em preparação para o programa em Cancun. Lá, os países do Terceiro Mundo já demarcaram sua forte posição contra a apresentação das “novas questões” do QUAD, até que as questões anteriormente prometidas relacionadas ao desenvolvimento sejam equacionadas. Esses países apresentaram 85 medidas para “tratamento especial diferenciado” levando em consideração seus status vulneráveis e marcaram uma agenda de prontidão antes da reunião em Doha. Essas exigências são pivotais em Cancun e parece haver um consenso e determinação renovados que caracterizou o bloco em Seattle.

O QUAD, por outro lado, insiste em levar adiante um acordo “singular”, o que significa que não entrará nas questões de desenvolvimento a menos que todos os países concordem em por tudo sobre a mesa ao mesmo tempo, incluindo questões que enfrentam forte oposição por parte do Sul, tal como as de investimentos.

Haverá diversas áreas contenciosas:

Prestação de Serviços

As negociações do GATS são feitas em sigilo. Todos os governos enviaram suas solicitações para outros países e receberam solicitações feitas por estes. A partir de 31 de março de 2003, alguns países fizeram suas “ofertas iniciais” e as negociações duras estão ocorrendo nesse momento. Apesar de se saber pouco sobre as solicitações feitas pela maioria das nações, todas aquelas feitas pela União Européia vazaram para a sociedade civil e publicadas na Internet. São ambiciosas mesmo. A União Européia exige que diversos países ofereçam serviços de água, energia, transporte, serviços postais, turismo, transmissão via rádio e televisão, municipais,

de publicação e financeiros para serem disciplinados pela OMC. A UE busca a eliminação das regras e leis entre fronteiras em todos os setores de serviços. O alvo é constituído principalmente por países em desenvolvimento que já são altamente vulneráveis perante as corporações do Norte.

Agricultura

A agricultura pode tornar-se o “quebra acordo”. Os países com economias e sistemas de produção totalmente diferentes, dispõem de pouco s meses para apresentar compromissos de obrigatoriedade. Muitos dos países de Terceiro Mundo estão buscando proteção das flutuações de mercado nos preços das mercadorias, aquilo que chamam de “culturas de segurança”, bem como de programas de desenvolvimento, enquanto tentam fazer com que os EUA e a UE cortem seus pesados subsídios para exportação de alimentos. É altamente improvável que o Sul tenha sucesso qualquer que seja o caso. A Europa não mostra sinais de redução de seus subsídios para exportação de alimentos e, a UE bem como os EUA, falam abertamente sobre os alimentos GM, tendo perdido parte de sua disposição de sustentar a aparência de uma frente unida com o saldo da guerra do Iraque. De fato, em maio de 2003, os Estados Unidos lançaram um desafio à OMC sobre a moratória da União Européia sobre a importação de alimentos geneticamente modificados. Parece que o destino de Cancun é ser, mais uma vez, apenas uma reunião para abertura de mercados para o Norte pelo Sul.

TRIPS

Em Doha, muito se falou sobre o “novo” acordo denominado “TRIPS e a Declaração sobre a Saúde”, que esclareceu que o acordo TRIPS não impede que os países membros utilizem seus próprios medicamentos genéricos para proteger a saúde da população (para doenças catastróficas como, por exemplo, a AIDS) ao invés de drogas mais caras com nome de marca. Da mesma forma, foi constituído um comitê incumbido de encontrar um acordo sobre como permitir que os países pobres com capacidade de produção pequena ou ausente importem drogas genéricas de outros países. Essa solução deveria ser encontrada até o final de 2002. Entretanto, as empresas farmacêuticas americanas apresentaram forte oposição a essas medidas e pressionaram os negociadores americanos a limitar tanto o número como o tipo de doenças que poderiam ser consideradas como crise de saúde pública, bem como as condições sob as quais os países poderiam importar as drogas genéricas. Durante as eleições congressistas em novembro de 2002, os lobistas da indústria buscaram políticos Republicanos específicos para serem reeleitos para que os Estados Unidos se mantivessem firmes em sua oposição a qualquer flexibilização do acordo TRIPS.

Investimentos

Dentre as principais exigências do QUAD para Cancun está a reanimação do Acordo Multilateral sobre Investimentos, abandonado em face à massiva resistência por parte da sociedade civil. Corporações e investidores poderosos buscam proteção vinculante para os investimentos estrangeiros diretos por todo o mundo, e querem que as regras da OMC limitem drasticamente o direito dos governos nacionais de determinar quaisquer condições sobre esse dinheiro. Os países em desenvolvimento têm rejeitado propostas sobre direitos em investimento anteriormente, denominando-as de “neocolonialismo”. Estes, juntamente com diversas ONGs por todo o mundo, temem que a intenção verdadeira dos grandes países é a de criar um acordo de investimentos como o NAFTA, que permite às corporações o direito de processar os governos. A União Européia desmente tais temores, prometendo limitar os direitos de resolução de disputas às nações. Porém, a Câmara Internacional de Comércio (ICC), responsável pela elaboração do documento conceptual original, o MAI, publicou recentemente um relatório solicitando um MAI completo na OMC, incluindo direitos corporativos de Estado investidor.

Outras Questões

As outras “novas questões” são as regras para licitação governamental e concorrência. “Licitação Governamental” na OMC preveniria que os governos estimulassem o crescimento econômico doméstico, tal

como o favorecimento de fornecedores locais ou nacionais, estipulando os padrões de conteúdo doméstico ou a implementando regras de investimento nas comunidades. As "Regras de Concorrência" acabariam com o direito de protecionismo do monopólio doméstico por parte dos governos nacionais. O objetivo real é permitir o acesso das transnacionais aos mercados nacionais que atualmente se encontrem nas mãos de empresas locais. Juntos, esses dispositivos transferirão o controle dos governos sobre os recursos naturais e políticas econômicas dando às transnacionais poderes novos absolutamente formidáveis.

SEGUNDA PARTE

Área de Livre Comércio das Américas

O que é a ALCA?

Diferentemente da Organização Mundial do Comércio, a Área de Livre Comércio das Américas é uma entidade ainda em processo de criação. A ALCA, atualmente em processo de negociação, será uma zona de livre comércio cobrindo 34 países das Américas do Norte, Central e do Sul, além dos países do Caribe com exceção de Cuba. Dita ser a maior zona de livre comércio do mundo, a ALCA incluirá uma população de mais de 800 milhões de pessoas com um produto interno bruto combinado de \$11 trilhões de dólares americanos. Assim como a atual rodada de negociações da OMC, a ALCA deverá ser concluída até janeiro de 2005.

A ALCA nasceu no berço da Cúpula das Américas ocorrida em Miami na Flórida de 9 a 11 de dezembro de 1994. Convocada pelo então Presidente Bill Clinton, a Cúpula chegou às margens de um acordo de livre comércio nos anos 90: o lançamento oficial do Acordo de Livre Comércio da América do Norte entre o Canadá, México e Estados Unidos; a montagem da Organização Mundial do Comércio em substituição ao Acordo Geral de Comércio e Tarifas em 1 de janeiro de 1995. A ALCA foi a concretização do sonho do antigo Presidente George Bush de instaurar uma área de livre comércio ligando as economias do hemisfério, desde Anchorage no Alaska até a Terra do Fogo no Chile. A Cúpula de Miami também tinha como visão uma maior integração social e política das Américas, juntamente com o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento sustentável.

A euforia que marcou o lançamento das negociações da ALCA durante a primeira Cúpula das Américas durou pouco. O pressuposto foi de que a ALCA lançaria uma explosão do desenvolvimento econômico através da liberalização do comércio. Porém, logo em seguida à Cúpula em Miami, houve a “crise do peso” no México. Os grandes influxos de capital para o México acompanharam a implementação do NAFTA em 1994 foram revertidos abruptamente conforme os especuladores removeram seus investimentos de capital o que levou à desestabilização da economia mexicana. Durante 1995, o México sofreu a pior situação econômica desde a Grande Depressão nos anos 30, e levando outros países da América Latina consigo.

Como resultado, as negociações da ALCA esfriaram até que a crise do peso mexicano e suas lembranças se dissipassem na memória. De fato, as negociações oficiais foram lançadas apenas após a Segunda Cúpula das Américas em Santiago no Chile em abril de 1998. Naquela época, ficou claro que a agenda verdadeira da Cúpula criava uma zona de livre comércio por todas as Américas, baseada essencialmente no modelo e experiência do NAFTA. As outras nobres prioridades e princípios sociais anunciados em Miami, ficariam subordinadas ao principal objetivo de se estabelecer a ALCA.

Apesar de o modelo do NAFTA ter sido usado para fornecer uma estrutura guia para as negociações da ALCA, ele não é o único regime comercial no Hemisfério Oeste. Entre outros pactos comerciais, o mais proeminente é o MERCOSUL – um mercado comum entre os países do cone sul, tendo o Brasil como epicentro, a maior economia da região, mas incluindo também a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Além desse, há também o Pacto Andeano, o Acordo Caricom entre os países do Caribe, além de diversos acordos e tratados bilaterais de investimentos e mais notavelmente aquele entre os Estados Unidos e o Chile, que ajudam a complicar ainda mais as relações comerciais internacionais nas Américas.

A principal concorrência do NAFTA vem do MERCOSUL. Apesar de ambos regimes comerciais diferirem em diversos detalhes, eles também compartilham algumas similaridades básicas. Diferentemente do NAFTA,

por exemplo, o MERCOSUL foi projetado para fornecer um mercado comum com padrões trabalhistas e programas sociais compartilhados para os trabalhadores desempregados. Mesmo assim, o NAFTA e o Mercosul são similares quando se fala do tratamento do investimento estrangeiro. Ambos incluem medidas para desregulamentar os investimentos estrangeiros por fornecer direitos de "Tratamento Nacional" para corporações baseadas no exterior, e proibir que os governos apliquem "requisitos de performance" sobre as operações dessas corporações. Com efeito, os dispositivos do Mercosul e do NAFTA restringem o que os governos podem fazer para garantir que o investimento externo melhore a economia local através do apoio às empresas e aos trabalhadores locais.

Apesar da concorrência entre o NAFTA (dominado pelos EUA) e Mercosul (dominado pelo Brasil) ter implicações nas negociações da ALCA, há pouca dúvida de que o modelo do NAFTA prevalecerá. Enquanto isso, as pressões que dirigem essas negociações são em grande parte originárias da União Européia. Nos últimos anos, os europeus têm intensificado sua presença na América Latina, provocando, portanto, os EUA a reafirmarem seu papel na região. A UE assinou acordos bilaterais de comércio e investimento com países como o Chile, México e Brasil, enquanto que as corporações européias têm aumentado seus setores de investimentos como o bancário, automobilístico, bens de consumo e telecomunicações. Para equilibrar essas tendências, os EUA precisam concluir as negociações para um regime da ALCA o que garantirá a manutenção da dominância das corporações americanas na região.

O que está por trás da ALCA?

Quando tudo estiver concretizado, a ALCA deverá ser o acordo de regime de investimento mais abrangente do mundo. Ela está projetada para ser uma expansão agressiva do NAFTA. Por um lado, ela expandirá o regime do NAFTA para incluir todos os países das Américas (exceto Cuba). Por outro lado, ela incorporará novas e duras regras da OMC, ampliando assim o alcance da ALCA em outros setores. Como poderemos observar, a combinação de novas regras para a proteção dos direitos de propriedade intelectual no comércio entre os países, novas regras elaboradas para proteger os direitos das corporações transnacionais e um mecanismo de resolução de disputas que permita às corporações processarem os governos diretamente por alegação de violação dessas regras, promete ser tanto poderoso como explosivo em termos de seus impactos nas vidas das pessoas. Portanto, a ALCA nada mais é que o NAFTA com esteróides.

Durante a Cúpula de Miami em 1994, foi emitida uma declaração descrevendo uma série de "Objetivos e Princípios" que comporiam a base das negociações da ALCA. Após o "efeito tequila" da crise do peso mexicano ter subsistido, foram estabelecidos nove comitês de negociação durante a Cúpula de Santiago em 1998. Cada um desses comitês tinha um mandato que refletia o grupo inicial de objetivos e princípios da ALCA. Apesar desses comitês de negociação terem operado a portas fechadas, as organizações da sociedade civil dos 34 países das Américas organizaram uma demanda pública para a exposição dos textos em discussão das negociações da ALCA. Finalmente, durante a Cúpula de Quebec City em 2001, concordou-se em disponibilizar uma versão dos textos para o público, nas quatro línguas hemisféricas: francês, espanhol, português e inglês.

A tabela a seguir descreve os principais componentes e dispositivos da ALCA que adquiriram formato até o momento. O documento está baseado no trabalho desenvolvido por oito dos nove comitês de negociação (onde a diferença está no mecanismo de resolução de disputas descrito na sessão *Como a ALCA faz cumprir suas regras?*) A informação dessa tabela está baseada nos textos tornados públicos e analisados em junho de 2002.

Comitê de Negociação	Mandato e Abrangência das Negociações	Regras e Disciplinas propostas para a ALCA
Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O mandato inclui a eliminação progressiva das tarifas agrícolas, barreiras não tarifárias e subsídios à exportação; medidas para garantir que as políticas e programas de segurança alimentar não sejam restrições comerciais disfarçadas. ▪ Agricultura é vista em termos puramente comerciais; as funções sociais da agricultura (ex.: acabar com a fome, fornecer estoque alimentar de segurança; proteção dos trabalhadores rurais, etc.) não é reconhecida. 	<p>As regras para a "agricultura", propostas pela ALCA têm como modelo a OMC, e em alguns casos, vai ainda além:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os programas nacionais de segurança alimentar podem ser considerados barreiras comerciais e devem ser removidos; ▪ A necessidade da reforma agrária não é reconhecida ou protegida; ▪ Alcançar reduções consideráveis nos subsídios para exportação agrícola; ▪ Eliminação de barreiras tarifárias ou não-tarifárias sobre as importações de produtos agrícolas e alimentos; ▪ Regras sobre programas assistenciais de alimentação, tais como proibição do uso de produtos geneticamente modificados, não estão incluídas.
Prestação de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ "Cobertura universal de todos os setores de prestação de serviços", incluindo os setores bancário, de seguros, telecomunicações, turismo, saúde, educação, água, postais, penitenciárias e bibliotecas, bem como de assistência social; ▪ Desenvolver uma estrutura que "incorpore os direitos fundamentais e as obrigações na prestação de serviços", que permita que as corporações sediadas no exterior tenham acesso aos mercados de serviços, inclusive os serviços públicos. 	<p>As regras para a "serviços", propostas pela ALCA têm como modelo o GATS, e em alguns casos, vai ainda além:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Todas as empresas de serviços estrangeiras dos países da ALCA devem receber "acesso ao mercado" como "nações mais favorecidas" e "tratamento nacional" assim como os prestadores locais de serviços. ▪ Os serviços públicos não podem ficar isentos caso fornecidos comercialmente, ou em concorrência com os provedores privados; ▪ Proibição do estabelecimento de um número limite de empresas privadas de prestação de serviços (ex.: saúde, educação, água); ▪ Economias menores poderão solicitar isenção dessas regras (ainda sob debate).

Comitê de Negociação	Mandato e Abrangência das Negociações	Regras e Disciplinas propostas para a ALCA
Acesso a Mercado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A meta oficial é estabelecer regras para a eliminação progressiva de tarifas, barreiras não tarifárias e outras medidas que restrinjam o comércio de bens e serviços. ▪ O objetivo por trás é restringir o direito à soberania dos governos para implementar suas políticas nacionais através dos instrumentos públicos. ▪ Permitir que investidores estrangeiros participem de quaisquer mercados sem ter que aderir às prioridades nacionais de desenvolvimento. 	<p>As regras propostas para a ALCA para "acesso ao mercado" incluem medidas que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Requerem que todos os estados membros eliminem as tarifas sobre importados num prazo máximo de 10 anos, apesar de suas necessidades; ▪ Restringir o direito soberano dos governos de limitar as exportações, incluindo em tempos de austeridade ou catástrofe; ▪ Proibir tarifas de exportação que desencorajem a venda de recursos naturais a preços inferiores aos custos de substituição; ▪ Permitir que corporações estrangeiras com fins lucrativos desafiem os serviços "monopolizados" prestados pelos governos, exigindo "tratamento nacional"; ▪ Proibir regras (ex.: regulamentações ambientais) que sejam "mais restritivas ao comércio que o necessário".
Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Objetivo declarado de "promover os investimentos através da criação de um ambiente estável e previsível que proteja o investidor, seu investimento e fluxos relacionados sem criar obstáculos para o investimento proveniente de fora do hemisfério". ▪ Dispositivos de investimentos são projetados para fornecer novos poderes às corporações do hemisfério, permitindo que essas desafiem todas as formas regulamentação e intervenção por parte do governo. 	<p>As regras propostas para a ALCA para "investimento" incluem medidas que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Permitem que as corporações de capital estrangeiro fiquem protegidas sob os dispositivos de "nação mais favorecida" e "tratamento nacional". ▪ Proibir que os governos apliquem "requerimentos de performance" sobre as corporações estrangeiras para garantir que estas cumpram com responsabilidades sociais e ambientais. ▪ Permitir que as corporações estrangeiras exijam compensação financeira por regulamentações governamentais que afetem seus lucros; ▪ Proibir que os governos exerçam controle sobre as entradas e saídas de capital.

Comitê de Negociação	Mandato e Abrangência das Negociações	Regras e Disciplinas propostas para a ALCA
Direitos de Propriedade Intelectual	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O objetivo oficial é “promover e garantir proteção efetiva e adequada aos direitos de propriedade intelectual” (ex.: direitos de posse legal e proteção de idéias, criações artísticas, inovações tecnológicas e ferramentas de mercado). ▪ As regras da OMC relacionadas aos Direitos de Propriedade Intelectual Comercial fornecem o padrão, porém o comitê de negociação da ALCA poderá ir além desses e criar novos padrões. 	<p>As regras propostas para a ALCA para “direitos de propriedade intelectual” incluem medidas que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotar as regras do TRIPS da OMC como padrão básico mínimo, incluindo novas regras do TRIPS que concedem às corporações, direitos às patentes sobre material orgânico, inclusive sobre sementes e monopólios sobre medicamentos vitais; ▪ Restringir o direitos dos produtores sobre o uso de sementes utilizadas nas culturas prévias; ▪ Permitir que os governos venham a conceder licenças mandatórias para que as empresas locais produzam versões genéricas de medicamentos patenteados (entretanto as propostas Americanos não permitem essa medida); ▪ Compelir as indústrias farmacêuticas de produtoras de medicamentos genéricos a passarem por experimentos caros para demonstrar a segurança de seus produtos; ▪ Apoiar a proteção do conhecimento indígena, mas apenas até o ponto em que esses auxiliem as corporações a terem acesso a seus recursos e ao conhecimento tradicional
Compras do Governo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O objetivo oficial é garantir que as corporações estrangeiras tenham “acesso aos mercados de licitação dos governos nos países da ALCA”; ▪ Isso deve ser alcançado através do fornecimento de uma “estrutura normativa” que garanta a abertura e transparência dos processos e garantindo a “não discriminação” nos processos de licitação do governo; ▪ As regras da ALCA podem ir além das da OMC através do uso do “tratamento nacional” que garantem acesso ao mercado para as corporações estrangeiras com relação às compras de bens e serviços. 	<p>As regras propostas para a ALCA para “compras do governo” incluem medidas que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proíbem que os governos dêem preferência às empresas locais na concessão de contratos para compra de bens e serviços; ▪ Proíbe que os governos avaliem os critérios de suprimento que não sejam baseados no preço e qualidade, que por sua vez podem ser desafiados como sendo “barreira desnecessária ao comércio”; ▪ Proíbe políticas que discriminem contra o comércio de bens e serviços de qualquer país da ALCA (ex.: regimes repressivos que violem os direitos humanos). ▪ Aplicam a esses governos regras de licitação não só para o nível federal, mas também para o estadual e municipal.

Comitê de Negociação	Mandato e Abrangência das Negociações	Regras e Disciplinas propostas para a ALCA
Políticas de Concorrência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O objetivo oficial é prevenir práticas empresariais não competitivas, tais como oligopólios ou monopólios, controle de mercado e preços. ▪ Apesar de tais medidas serem úteis para quebrar os poderes econômicos excessivos das corporações gigantescas, o objetivo real parece ser os monopólios estatais que são vistos como obstáculos ao mercado livre. 	<p>As regras propostas para a ALCA para “política de concorrência” incluem medidas que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Permitir a existência de autarquias desde que essas operem de acordo com os critérios de mercado e promovam a concorrência nos níveis nacional e regional; ▪ Criar uma autoridade autônoma com poderes supranacionais para investigar e impor sanções sobre práticas anti-competitivas; ▪ Permitir que corporações com sede no estrangeiro ou que investidores processem os governos por administrar monopólios ou empresas estatais; ▪ Proibir a estocagem de matérias-primas e de bens intermediários e manufaturados.
Subsídios, Antidumping e Medidas Compensatórias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O objetivo oficial é o de “examinar formas de aprofundar as medidas disciplinares existentes fornecidas pelo Acordo de Medidas de Subsídios e Compensatórias” e melhorar a aplicação das leis de remediação. ▪ Dentre as principais questões encontram-se os subsídios governamentais massivos para as forças armadas e para o agronegócio. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ainda não está claro o que foi atingido nessa área até o momento através desse grupo de negociação. Seus objetivos declarados são de certa forma ambíguos. ▪ Os governos do Norte industrializado subsidiam setores estratégicos de suas economias o que lhes proporciona uma vantagem competitiva enorme sobre as economias do Sul.

Em suma, essa é uma compilação das principais propostas que surgiram a partir dos oito do total de nove grupos de negociação, para formar aquilo que é chamado de “texto composto entre parênteses” da ALCA.

Como a ALCA fará cumprir suas regras?

Assim como a OMC, a ALCA terá alavancas de poder para fazer cumprir suas regras. Essas alavancas são encontradas nos mecanismos de resolução de disputas sugeridos pela ALCA para julgar reclamações relacionadas à conformidade com as regras e suas formas de punição econômica correspondente como pena pela violação daquelas regras. A esse ponto, parece que a ALCA adotará um mecanismo híbrido de resolução de disputas, baseado tanto na OMC como no NAFTA. O mecanismo de estado para estado para a resolução de disputas será amplamente baseado no modelo da OMC enquanto que o investidor para estado será baseado no modelo do NAFTA.

No mecanismo de estado para estado da OMC, os governos, assim como vimos, agem freqüentemente em nome dos interesses corporativos de seus próprios países, podendo alterar as leis, políticas e programas de outros governos. Um painel de disputa, composto por peritos técnicos que se reúnem a portas fechadas,

decide se uma prática que está sendo desafiada no campo comercial constitui ou não uma violação das regras da OMC, e caso positivo, procura então se sobrepor à prática ou política ofensoras. O país que perde a disputa tem então três opções: mudar a lei ou o programa conforme as regras da OMC; pagar compensação em espécie em caráter permanente ao país vencedor; ou ser esgalado com contínuas sanções comerciais por parte do país vencedor e seus aliados na disputa.

Portanto, para fazer cumprir suas regras, o mecanismo estado para estado d OMC detém o poder de acabar com leis, políticas e programas de um outro país. Para os países membros da OMC, suas regras existem como uma série de leis comuns, ou mais especificamente, uma constituição global para governança econômica. Ao julgar as disputas, as regras da OMC são intransponíveis, e não as leis domésticas dos países envolvidos. Como consequência, a saúde, a segurança alimentar e as leis ambientais de dezenas de nações-estados foram eliminados através desse processo da OMC. Parece agora que a ALCA incorporará poderes e mecanismos similares para a resolução de disputas de Estado para Estado.

Ao mesmo tempo, a ALCA também incorporará o mecanismo investido – para – estado encontrado no NAFTA. De acordo com as regras de investimentos encontradas no Capítulo 11 do NAFTA, as corporações têm o direito de processar os governos diretamente por alegações de violações das regras de investimentos. A regra de investimentos proposta pela ALCA contém dispositivos similares. Através da ALCA, as corporações com sede internacional terão à disposição direitos especiais, para contornar os governos e processar a outros diretamente em questões que afetam seus investimentos e lucros. Assim como no NAFTA, na ALCA as disputas serão julgadas por painéis técnicos a portas fechadas.

De acordo com as regras de investimentos propostas pela ALCA, a expropriação também é definida em termos amplos de forma a incluir tanto as “tomadas de posse” diretas, mas também indiretas. As corporações estrangeiras podem processar os governos não apenas por “tomada de posse física”, tal como de propriedades e bens, mas talvez ainda mais importante as “tomar posse das regulamentações”, como por exemplo, das leis de interesse público sobre a saúde e preocupações ambientais que possam afetar os futuros lucros da empresa. Não importa qual é o propósito da regulamentação, ou sua legitimidade na lei doméstica. As corporações estrangeiras terão o direito de processar os governos e exigir compensação por alegação de “tomada de posse das regulamentações” através da ALCA.

As alavancas de poder do mecanismo investidor - para –estado podem ser ilustrados por dezenas de casos transcorridos e iniciados pelas corporações até hoje, sob o Capítulo 11 do NAFTA. Por exemplo, as regras de investimento do NAFTA foram usadas com sucesso pela empresa ETHYL nos EUA para forçar o governo canadense a reverter sua legislação, banindo a venda interfronteira do produto MMT, um aditivo para gasolina banido em diversos outros países por constituir uma “neurotoxina perigosa”. Da mesma forma, uma empresa americana de disposição de PCB, a S.D. Meyers, fez uso das regras do Capítulo 11 do NAFTA para compelir o governo canadense a reverter sua extinção contra a exportação de PCB – empreitada de acordo com as restrições da Convenção de Basel sobre o movimento transnacional de resíduos perigosos – processando com sucesso o governo canadense por mais de \$8 milhões de dólares americanos por danos e perda de negócios durante a curta vida da abolição.

O governo mexicano também foi processado sob o NAFTA. Em 1996, a Metalclad Corporation, uma empresa americana de disposição de resíduos, acusou o governo mexicano de violar as regras do Capítulo 11 quando o estado de San Luis Potosi se recusou a conceder licença para reabrir uma usina de disposição de lixo. Após uma auditoria geológica demonstrar que a usina contaminaria o abastecimento local de água, o governador do estado ordenou que a usina fosse desativada e posteriormente declarou a área como zona ecológica. Quando a Metalclad abriu o processo para a expropriação e buscou compensação por danos, um tribunal do NAFTA julgou a cause em seu favor, ordenando que o governo mexicano pagasse \$ 16.7 milhões de dólares em compensação.

Certamente, sob o NAFTA a proliferação de processos do tipo investidor-estado poderia ter efeito devastador sobre as economias dos países em desenvolvimento pelas outras áreas das Américas, regiões já assoladas por grandes dívidas. Veja o caso da Bolívia, um dos países mais pobres da América Latina. A gigantesca empresa de engenharia dos EUA, a Bechtel, usa atualmente o NAFTA como um dispositivo num tratado bilateral de investimentos para processar o governo da Bolívia pelo montante de \$25 milhões de dólares americanos por perdas futuras nos lucros. O processo foi instaurado após uma subsidiária da Bechtel ter perdido controle de seu investimento de um milhão de dólares nos serviços de abastecimento de água de Cochabamba, e foi compelida a deixar a cidade quando a população se revoltou contra a tomada do abastecimento de água pela corporação.

Como as regras da ALCA afetarão nossas vidas?

À primeira vista, as regras da ALCA acima descritas podem parecer abstratas e tendo pouca influência na vida cotidiana das pessoas. Mas se levarmos em consideração o histórico da OMC e do NAFTA até o presente, esses tipos de regimes de acordos afetam a vida diária dos trabalhadores, das comunidades e do meio ambiente. A “prova final” será obtida ao se verificar se os regimes comerciais como ALCA servirão para melhorar ou dificultar as condições de vida das pessoas das Américas. Neste momento, entretanto, passemos a observar como as regras da ALCA poderiam afetar tais marcos fundamentais como a segurança social, ambiental, alimentar e econômica.

Segurança Social

Há poucas evidências de que as regras da ALCA estejam sendo elaboradas de forma a fornecer condições de segurança social. De maneira geral, os governos têm sido tradicionalmente responsáveis pelo fornecimento da segurança social através de programas públicos para a saúde, educação e assistência social. Em alguns países, o abastecimento de água, eletricidade, os serviços postais, de creches e os serviços de transportes são tidos como parte de um pacote de segurança social. Apesar desses dispositivos variarem de um país para outro, os programas de ajuste estrutural impostos pelo Banco Mundial e pelo FMI sobre os governos do Sul já desde os anos 80, têm certamente enfraquecido os poucos programas sociais e serviços públicos existentes para as pessoas das Américas, com exceção dos EUA e Canadá. A ALCA irá, mais do que provavelmente, reforçar essa erosão da segurança social por todo o hemisfério.

Em especial, as regras propostas pela ALCA que se referem ao comércio em serviços representa uma ameaça. A pedida de uma “cobertura universal em todos os setores de serviços” significa que os programas sociais e os serviços públicos poderiam se tornar alvo de desregulamentação e privatização. A adoção do regime do GATS pela ALCA na OMC significa que as empresas de prestação de serviços de saúde e educação nos EUA estarão aptas a exigir direitos de se estabelecer em outros países e de ter acesso aos “mercados” de serviço público nessas localidades. Da mesma forma, as leis e programas domésticos que protegem esses serviços públicos poderiam ser desafiados sob o regime GATS de regulamentação doméstica, incluindo a possibilidade de ficarem sujeitos ao “teste de necessidade”. E, caso tais medidas não obtenham sucesso no sentido de garantir acesso aos mercados desses setores de serviços, essas corporações terão sempre à disposição seus direitos de processar os governos de acordo com as regras de investimentos da ALCA para compensação por perdas de lucros futuros.

Um ótimo exemplo aqui é a moção impetrada pela United Parcel Service (UPS) contra o Canada Post (Serviços Postais do Canadá), de acordo com o Capítulo 11 do NAFTA. Nesse caso, a UPS alega que as regras do NAFTA sobre monopólios públicos são violadas com relação aos serviços de entrega de mercadorias. Apesar do caso focar sobre serviços postais, o veredicto deverá ter ramificações amplas para a aplicação das regras do GATS e de regras relacionadas a uma ampla gama de serviços públicos. Além disso, as regras de prestação de serviços da ALCA são projetadas para garantir a privatização. Uma vez que um governo

tenha se decidido pela desregulamentação e privatização dos serviços públicos como, por exemplo, os de saúde, educação, assistência social, abastecimento de água, eletricidade ou serviços postais, seria virtualmente impossível que outro governo revertesse a decisão. As demandas por pagamentos compensatórios, de acordo com a ALCA, ficariam muito onerosas para a maior parte dos governos.

Segurança Ambiental

Na situação atual, o esboço da ALCA não contém dispositivos ou salvaguardas para segurança ambiental. Em 1994, o mandato original para negociação da ALCA continha a promessa de “garantir o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que protegendo o meio ambiente”. Dois anos mais tarde, a Bolívia foi anfitriã da maior cúpula de desenvolvimento sustentável, que concordou com 65 iniciativas conhecidas como Plano de Ação de Santa Cruz. Apesar da notável ausência de grupos ambientalistas durante a Cúpula da Bolívia, o Plano de Santa Cruz criou um novo organismo, o Comitê de Desenvolvimento Sustentável Interamericano da OEA (Organização dos Estados Americanos). Porém, ao chegar a Cúpula de Santiago em 1998, o objetivo e o programa de desenvolvimento sustentável haviam sido deixados de fora do novo mandato de negociação para a ALCA.

Como resultado, há diversas partes do esboço da ALCA que apresentam graves implicações ambientais. Para deixar claro, há um dispositivo no “Capítulo de Investimentos” que define que os estados membros devem fazer “esforços para garantir” que os padrões ambientais não sejam baixados para se atrair investimentos estrangeiros. Por si só, entretanto, esse dispositivo não significa nada. Ainda pior, o esboço da ALCA não cita os custos associados às metas ambientais do acordo proposto para aumentar a produção e exportação de produtos silvícolas, minerais, energia e de pesca. O esboço da ALCA certamente proíbe que os governos façam uso de instrumentos políticos tais como tarifas de exportação com o propósito de conservar os recursos naturais.

A ALCA, assim como a OMC e o NAFTA, algema a habilidade dos governos de exercitar o “princípio de precaução”, tomando exatamente o caminho mais cauteloso de ação no caso de dúvida. Quando se trata da importação de produtos geneticamente modificados, por exemplo, as regras propostas pela ALCA exigem que os governos forneçam prova científica que estabeleça padrões e demonstre que suas leis e regulamentações domésticas que restringem essas importações são, de fato necessárias. A responsabilidade recai, portanto, sobre os governos que tentam proteger o interesse público ao invés de sobre as corporações que promovem a venda do produto. Além disso, a rica biodiversidade da América Latina também está sob a ameaça das regras da ALCA, tanto direta como indiretamente. Caso as regras da OMC, tais como as Barreiras Comerciais Técnicas, Padrões Sanitários e Fitossanitários e os Direitos Relacionados a Propriedade Intelectual sejam incorporados na ALCA como se espera, essas regras, apoiadas pelo mecanismo investidor-estado, poderiam ser usadas para eliminar as leis ambientais ou os programas projetados para proteger a biodiversidade dos países da América Latina.

Segurança Alimentar

Nem mesmo sobre a comida se pode dizer que as regras da ALCA melhorem a segurança alimentar para as pessoas dos países membros. As regras agrícolas desses regimes comerciais têm pouco a ver com o terminar com a fome, melhorar o programa alimentar de um país ou aprimorar a qualidade de vida dos pequenos produtores. Pelo contrário, essas regras têm o intuito de servir aos interesses dos agronegócios. No novo sistema alimentar global, uma agricultura em que os produtores produziam para alimentar as pessoas e as comunidades foi substituído por um sistema de agronegócio, onde as transnacionais do ramo alimentício produzem alimentos para a obtenção de lucro, e os direitos das famílias dos produtores são deixados de lado.

Pelo fato do Acordo Sobre a Agricultura da OMC, que deve ser incorporado à ALCA, ser projetado para promover a produção de culturas de exportação, as terras agrícolas mais valiosas dos países da América Latina serão utilizadas para a produção orientada para a exportação ao invés de produzir alimentos para

suprir as necessidades de sua própria população. Tome, como exemplo, o caso da Argentina, que agora utiliza a maior parte de suas terras agrícolas para culturas de exportação. Hoje, a Argentina é o maior exportador mundial de óleo de girassol, óleo de soja, farinha de trigo e pêras; o segundo maior exportador de milho, mel e sorgo; o quarto maior exportador de carne, algodão e vinhos; e o quinto maior exportador de trigo. Ao mesmo tempo, a Argentina teve que depender cada vez mais da importação de alimentos, a preços que os argentinos muitas vezes não podem pagar. Como resultado, a insegurança alimentar e a fome têm se disseminado nesse rico país agrícola.

A proibição do controle de importação e exportação de produtos alimentares, apenas as grandes empresas de agronegócios terão como sobreviver, protegidos pelas regras de "Tratamento Nacional" e "Nação Mais Favorecida". Sem garantia de reforma agrária, os pequenos produtores serão forçados a migrar para as cidades já superpopulosas onde o desemprego já é crescente. Dado o fato de regras similares terem sido adotadas pelo NAFTA, estima-se que 15 milhões de pessoas (pequenos produtores e suas famílias) serão forçados a deixar suas terras. Além disso, desde a assinatura do primeiro acordo de livre comércio com os EUA, mais de 60.000 médios produtores foram forçados a abandonar seu estilo de vida. Após a instauração dessas regras, os produtores não poderão mais negociar acordos coletivos de preços com os compradores domésticos ou internacionais. Sem uma estrutura doméstica de controle de preços para proteger os produtores locais, estes passarão a ficar à mercê dos preços internacionais. Além disso, os países não mais poderão manter estoques de emergência para abastecimento em períodos de seca ou quebra de cultura. Ao invés disso, eles precisarão comprar o que precisam no mercado aberto.

A adoção dos padrões técnicos (regras SPS e TBT) do acordo da OMC sobre Agricultura, a ALCA também provavelmente será usada para abreviar os direitos dos produtores tradicionais e baixar os padrões das leis de segurança alimentar. Como se pode notar, os EUA e o Canadá já obtiveram sucesso no uso dessas ferramentas na OMC para desafiar o boicote europeu às carnes com hormônios que uma vez acumulados no organismo podem causar câncer. Não há motivo para que essas ferramentas pesadas não sejam utilizadas pelas empresas de agronegócios em sua tentativa de anular os padrões de segurança alimentar e abrir mercados para seus produtos geneticamente modificados pelo restante das Américas.

Segurança Econômica

As regras da ALCA são, por si só, não foram projetadas para fornecer segurança econômica para os trabalhadores e as comunidades. Pelo contrário, a liberalização do comércio e dos investimentos permite que as transnacionais transfiram seus centros de produção, capital e produtos de um país para o outro, sem serem afetadas ou sofrerem intervenção das regulamentações do governo, para que estas se aproveitem das condições de baixos salários. Apesar das regras de investimentos determinadas pela ALCA, estabelecerem e assegurarem os "direitos" das corporações, não há dispositivo trabalhista que garanta os direitos dos trabalhadores. Apesar dos governos permanecerem encorajados a não relaxarem seus padrões trabalhistas no esboço do texto, para atrair o investimento estrangeiro, nada impede que os governos dos países mais pobres baixem os salários mínimos com esse propósito.

A experiência do NAFTA com o México, Canadá e EUA demonstra como os regimes de livre mercado servem para enfraquecer a segurança econômica das populações. Na medida em que as empresas transferiram suas produções para o México para tirar vantagem dos salários de \$5 dólares americanos por dia pagos aos trabalhadores mexicanos, os EUA perderam mais de um milhão de empregos no setor de fabricação. Apesar desses trabalhadores despedidos eventualmente serem recolocados no mercado de trabalho americano, as novas posições fornecem menos segurança e salários mais baixos. Enquanto isso, os trabalhadores mexicanos não têm tido meios de se organizarem de maneira efetiva para exigir aumentos salariais. Apesar da promessa de aumentar o desenvolvimento econômico no México, feita pelo NAFTA, as indústrias que utilizam mão-de-obra escrava ao longo da fronteira mexicana têm observado aumento significativo na atividade industrial.

Ainda assim, até mesmo aqui, mais de um milhão de trabalhadores mexicanos se vêm agora compelidos a trabalhar por salários menores que os pagos antes do NAFTA.

Desde que o NAFTA entrou em atuação em 1994, estima-se que oito milhões de mexicanos tenham baixado da classe média para uma situação de pobreza. Além disso, nada impede que a ALCA crie inseguranças econômicas similares. As corporações baseadas nos EUA e Canadá, protegidas pela ALCA através de ferramentas como "Nação Mais Favorecida" e "Tratamento Nacional", podem adentrar pelo restante da América Latina não só para tirar vantagem das condições de vida mais baratas, mas também se sobrepondo às indústrias e empresas locais na medida em que exigem tratamento eqüitativo. Para muitos dos países em desenvolvimento, as exigências de eliminação de barreiras tarifárias poderia resultar numa inundação de produtos importados o que tornaria suas economias ainda mais vulneráveis. Por último, as condições de segurança econômica poderiam ser ainda mais enfraquecidas pelo fato dos governos não mais terem a habilidade de inibir o investimento especulativo com suas moedas através do controle de entrada e saída de capital.

Qual serão as questões mais importantes discutidas em Miami?

Após a Cúpula das Américas em Quebec City no mês de abril de 2001, ficou claro que os negociadores da ALCA teriam muito que fazer caso quisessem se encontrar em 1 de janeiro de 2005, prazo para a conclusão do acordo. Mas, quando os ministros de comércio se encontraram em Quito no Equador, 19 meses mais tarde, o clima das negociações havia se intensificado. Após a Cúpula de Doha da OMC e sob a administração Bush, os EUA apresentaram uma série de medidas comerciais protecionistas, incluindo uma lei de subsídios massivos, aumento nas tarifas do aço e novas proteções para os produtores de frutas cítricas da Flórida. Apesar de as primeiras duas medidas terem provocado conflito entre os principais parceiros comerciais do mundo, especialmente após o estabelecimento de compromissos para avançar ainda mais a liberalização comercial feita em Doha, todas as três representam uma ameaça especial para as futuras negociações da ALCA, especialmente pelo fato do Brasil, principal adversário dos EUA nas Américas, ser diretamente afetado por essas medidas. Na medida em que essas tensões chegavam à cabeça durante a reunião ministerial em Quito em novembro de 2002, essas foram reforçadas ainda mais através das crescentes expressões formais de oposição à ALCA. No Brasil, por exemplo, mais de 10 milhões de pessoas já haviam votado contra a ALCA através de um plebiscito organizado pela sociedade civil.

Em Quito, os ministros de comércio tentaram, porém não conseguiram dar uma conotação positiva no progresso das negociações para a ALCA. Quando os ministros emitiram a Declaração de Quito, prometendo que a ALCA "melhoraria os padrões de vida, aumentariam a oferta de empregos, melhoraria as condições de trabalho da população, melhoraria as condições de saúde e educação e melhoraria as condições ambientais", a Aliança Social Hemisférica (HSA), uma rede de grupos da sociedade civil que acompanha as negociações para a ALCA, fez uma crítica séria por fazerem afirmações contraditórias e promessas que desafiam as experiências das pessoas e que são apoiadas por oito anos de evidências estatísticas sobre os impactos do NAFTA. Conforme menciona o HSA: "Estamos extremamente aborrecidos pelo fato da Declaração (Ministerial) falar dos objetivos orientados a melhorar os padrões de vida da população quando as propostas da ALCA serviriam para converter os bens e serviços públicos vinculados a direitos sociais tão vitais como a água, saúde e educação em bens privados, tornando seu acesso condicional à habilidade de pagamento." Além disso, os Fórum Parlamentar paralelo de Quito, envolvendo a presença de Deputados Federais e legisladores de diversos países da América Latina e do Caribe também publicaram uma declaração com forte oposição ao processo de negociação da ALCA.

Enquanto isso, quando o Chefe de Negociação dos EUA, Robert Zoellick, tentou declarar vitória total em Quito, enfatizando diversos avanços que haviam ocorrido durante o processo de negociação da ALCA, observadores mais críticos indicaram que os EUA haviam falhado em conseguir avanços reais no convencimento de seus contrapartidas da América Latina a avançarem sobre os assuntos mais controversos no tocante à

agricultura, investimentos e serviços. De fato, em Quito, os EUA enfrentaram forte oposição dos governos latino-americanos que já observaram a queda de suas economias como resultado do livre comércio, e a conseqüente demonstração de frustração por parte de suas populações. Um dos momentos mais representativos ocorreu quando, após os ministros terem repetidamente se recusado a se reunirem com os grupos representantes da sociedade civil em Quito, as forças de segurança equatorianas tomaram o lado das centenas de milhares de protestantes que ameaçaram isolar a cidade caso suas exigências não fossem atendidas. Zoellick e os outros ministros comerciais por fim concordaram, relutantemente, em receber os representantes dos grupos de movimentos sociais.

As negociações da ALCA estão entrando na reta final, em preparação para a reunião Ministerial de Miami. Para essa última fase, as negociações da ALCA estão sendo copresididas pelos EUA e pelo Brasil. Essa medida foi inicialmente tomada tendo por base o pressuposto de que quaisquer empecilhos ou entroncamentos que pudessem ocorrer na fase final poderiam ser mais bem negociados caso o processo fosse comandado pelas duas maiores economias dos hemisférios Norte e Sul. O Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, composta pelos vice-ministros comerciais dos 34 países participantes e durante reunião em Puebla no México, anunciou no dia 11 de abril de 2003 que seriam tomadas uma série de medidas para ajustar os processos de negociação e o cronograma para que o prazo fosse cumprido. Enquanto isso, o sucesso das negociações e o futuro da ALCA parece depender de diversas questões críticas:

Agricultura

Caso as regras da ALCA para a modernização da produção agrícola e comércio sem reforma agrária vigorem, milhões de pequenos produtores da América Latina serão forçados a abrir mão de seus meios de subsistência. Desde o funcionamento do NAFTA, o México tem sido inundado por importações de milho e feijão, levando milhares de pequenos produtores a terem que abandonar a terra por não poderem competir com os bens subsidiados provenientes dos EUA. A recente lei agrária da administração Bush, que melhora os subsídios para exportação para os produtores americanos, colocou grande pressão sobre o Brasil e outros países produtores de alimentos na América Latina.

Prestação de Serviços

Há crescentes preocupações e incertezas sobre as novas regras da ALCA para a prestação de serviços, e sobre o que estas farão com relação à habilidade dos governos de prestar serviços básicos como saúde, educação, água, eletricidade e outros direitos sociais não apenas em países industrializados como o Canadá e nos EUA, mas também nos países em desenvolvimento da América Latina. Serviços prestados pelo governo já foram gravemente enfraquecidos por décadas de ajustes estruturais e exigências feitas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Agora, as corporações americanas estão iniciando uma movimentação para tirar vantagem das condições para a privatização dos serviços de saúde na América Latina.

Acesso a Mercado

A promessa da ALCA, de aumentar o acesso aos mercados americanos às exportações dos países em desenvolvimento das Américas, foi frustrada pelo novo protecionismo americano. Como se nota acima, as recentes tarifas americanas aplicadas às importações de aço e frutas cítricas tiveram grande impacto sobre países como o Brasil, sinalizando para outros países que a grande promessa de acesso aos mercados para os produtos latino-americanos é, na melhor das hipóteses, limitado. Sem que haja um aumento significativo de acesso ao mercado para os países em desenvolvimento da América Latina, há pouco que se pode esperar com a continuação dessas negociações.

Propriedade Intelectual

A questão crítica aqui é a habilidade dos governos em fornecer medicamentos e produtos farmacêuticos para sua população a custo zero, ou bem abaixo dos valores de mercado, para o combate à AIDS ou outras

emergências de saúde pública. De acordo com as regras propostas para a ALCA, que são elaboradas em grande parte para proteger os lucros da indústria farmacêutica baseada nos EUA e Canadá por dar a esta proteção de patentes, os governos que respondem as emergências de saúde pública fornecendo medicamentos a custo baixo ou zero estariam violando essas regras. Isso poderia se tornar uma questão complicada para países como o Brasil, que produz grandes volumes de medicamentos genéricos, durante os estágios finais das negociações da ALCA.

Investimentos

Apesar da maior parte dos países latino-americanos desejar mais investimentos externos, o preço apresentado pela ALCA pode acabar sendo muito alto para se pagar. Assim como vimos, as regras para investimentos, de acordo com a proposta da ALCA, dão às corporações sediadas no exterior, direitos soberanos e poderes avassaladores. Porém, a experiência passada com o colonialismo tornou alguns países das Américas muito cautelosos com relação aos custos envolvidos, quando se dá carta branca às transnacionais. Aparentemente, para os EUA, o limite precisa ser demarcado em termos de *NAFTA-plus*, quando se trata de inclusão de regras de investimentos e dispositivos para a ALCA. Para o Brasil e diversos outros países da América Latina, no entanto, esse pode ser um pouco demais.

Cada um desses itens controversos é potencialmente um “fura negócio” para a ALCA. Sob qualquer que seja a circunstância, o fator chave será o Brasil. Mesmo antes da recente eleição que trouxe o Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores para a presidência do maior país da América Latina, políticos de toda gama estavam cautelosos com as negociações da ALCA. Sua maior preocupação tem sido que a ALCA tornará possível que os EUA e suas corporações ganhem mais acesso direto ao maior mercado da América Latina, enquanto que o Brasil e seus vizinhos que dependem de exportações se verão trancados fora do mercado dos EUA.

O “Lula”, como é conhecido o novo presidente brasileiro por sua população, tem sido abertamente crítico da política externa americana, particularmente com relação à ALCA. Antes de se tornar presidente, Lula denunciou diversas vezes o plano da ALCA para uma “anexação” ao invés de uma “integração” hemisférica. Lula também promoveu a participação de Cuba nas negociações comerciais regionais, inclusive a ALCA, que os EUA rejeitaram firmemente. Na medida em que Lula e o Partido dos Trabalhadores se aproximavam da tomada de poder no Brasil, suas críticas aos EUA e à ALCA foram sendo amenizadas. Assim mesmo, como observado anteriormente, mais de 10 milhões de pessoas votaram contra a ALCA num plebiscito organizado por grupos da sociedade civil no Brasil em 2002, o que indicou forte oposição à assinatura do acordo.

No passado, Lula sustentou que sua principal prioridade era o fortalecimento do Mercosul, composto pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. De acordo com Lula, o fortalecimento do bloco do Mercosul proporcionaria melhores chances de conseguir concessões na ALCA. Pouco tempo após Lula tomar posse, foi anunciado que se buscava estabelecer um acordo comercial bilateral entre os Mercosul e os EUA antes de avançar no estabelecimento da ALCA.

Por outro lado, os EUA concluíram ou estão em vias de concluir acordos bilaterais com as diferentes regiões da América Latina, exceto com os países do Mercosul. Essa tem sido ultimamente a estratégia de contenção com relação às negociações para a ALCA. Por trás das câmaras, os EUA têm estado muito ocupados negociando acordos bilaterais com o Chile e agora com os países da América Central. O que sabemos até o momento, sobre o conteúdo desses acordos bilaterais, é que são do tipo *NAFTA-plus*. Em outras palavras, são elaborados para trazer embutido todos os principais componentes do *NAFTA*, mas adicionam ainda novas regras e medidas disciplinares para a liberalização da economia, tais como a remoção de políticas e legislação, permitindo que os governos regulem ou controlem a movimentação do capital. Para os EUA, não só é mais fácil e mais conveniente negociar acordos bilaterais do que um multilateral, mas os bilaterais funcionam como política de seguro para as negociações com a ALCA, garantindo que os componentes do *NAFTA-plus* sejam apoiados e promovidos por outros países envolvidos nas negociações.

TERCEIRA PARTE

A Combinação Perigosa

Que impacto terão a OMC e a ALCA sobre as pessoas das Américas e de outras localidades?

A população das Américas, bem como todas as outras, têm motivo real para preocupação por enfrentarem uma dupla ameaça do novo acordo da OMC com a expansão do NAFTA-plus para o hemisfério. A intenção de seus arquitetos ao criarem a ALCA é de que esse seja o acordo comercial de maior alcance da história, indo muito além da amplitude e poder do NAFTA. Ao mesmo tempo, os novos acordos da OMC têm por intenção criar enormes caminhos internos em áreas que anteriormente eram de controle nacional, tais como a prestação de serviços públicos, serviços financeiros e contratos governamentais. Fundamentalmente, as negociações comerciais incorporam os elementos mais ambiciosos da OMC e do NAFTA, tecendo-os em duas novas cartas corporativas de muito poder. Os EUA e Canadá, e os interesses de suas corporações, possuem agora duas armas para escolher no controle dos países da América Latina, e para impor medidas disciplinares de mercado e serviços privados.

A ALCA combinaria todas as disciplinas do acordo GATS com poderes do mal sucedido MAI, dando direitos sem iguais para as corporações transnacionais do hemisfério, para competirem e mesmo desafiarem os serviços públicos de seus governos, incluindo os de saúde, educação, segurança social, cultura e proteção ambiental. Qualquer país que ousasse negar esses direitos ficaria exposto a um regime de punição e compensação. As pessoas fora das Américas não devem imaginar que estão isentas dessas ameaças uma vez que tanto as poderosas corporações do Primeiro Mundo como os governos claramente têm a intenção de usar a OMC para introduzir direitos corporativos de investimento de forma global. A expansão das regras de investimentos do NAFTA para a ALCA serão vistas como um sinal de condescendência por parte dos países mais pobres com relação a acordos do tipo MAI.

Segurança Social

As negociações para a expansão dos serviços propostas tanto para a OMC como para a ALCA, juntamente com o Capítulo 11 do NAFTA, representam uma séria ameaça aos programas sociais à segurança social. O acesso à saúde por todos os cidadãos, a educação pública, os serviços de creche, as aposentadorias, os programas de assistência social, e diversos outros serviços ainda são prestados pelos governos, sem fins lucrativos, em alguns países do hemisfério e pelo mundo. Mesmo nos países que tenham sido forçados a passar pelos programas de ajuste estrutural para abandonar seus serviços públicos, ainda há uma forte crença de que a segurança social é um direito fundamental do cidadão.

Até agora, nossos governos têm argumentado que podem isentar essas áreas dos acordos comerciais, apesar de com condições estritas de que esses não serão prestados pelo setor privado. O crescimento do setor privado, na maior parte dessas áreas, já colocou todas as isenções negociadas sob ameaça. Entretanto, com o andamento das intensivas negociações sobre serviços tanto na OMC como para a ALCA, todos os governos estão expondo os serviços sociais fornecidos por todos os níveis de governos sob uma nova forma de perigo.

Os governos também têm argumentado que não incluíram os programas sociais na mesa de negociações do GATS. Isso simplesmente não é verdade. No acordo inicial do GATS, diversos países deixaram seus serviços públicos de maneira exposta. O Canadá, o México, a Venezuela, o Brasil, o Chile, a Colômbia e a Argentina, entre outros do hemisfério, listaram o seguro de saúde. (O mesmo ocorreu com a União Européia que também incluiu serviços médicos e dentais, de enfermagem, hospitalares, todos os serviços sociais e de

educação primária, secundária e de terceiro grau.) O Equador ofereceu serviços hospitalares, assim como a Bolívia, a Costa Rica, a Jamaica e Santa Lúcia. De qualquer forma, o GATS atual é aplicável a todos os serviços, mesmo os "isentos" ou não listados caso esses venham a concorrer com os prestadores do setor privado. Por exemplo, os países poderiam utilizar o GATS para desafiar os fundos dos governos destinados aos hospitais públicos nos países que hoje promovem os hospitais pagos.

Além disso, de acordo com as atuais negociações do GATS, existe um comitê trabalhando em regras interfronteiras sobre "Regulamentação Doméstica" que pode colocar sérias restrições sobre os governos, mesmo nos setores não listados. Esse comitê promove uma série de "medidas disciplinares necessárias" sobre qualquer medida nacional de prestação de serviços que coloquem "dificuldade desnecessária" ou constitua "barreiras comerciais". Seriam usados "testes de necessidade" para compelir os governos a provar que suas regulamentações domésticas, seus padrões e leis relacionadas aos serviços sociais não sejam "não amigáveis" às regras de concorrência da OMC. Todos os serviços sociais poderiam ser afetados por essas "Regulamentações Domésticas", tendo essas sido oferecidas ou não pelos governos.

Outra forma de contornar uma isenção é abordar o tema sob outra pasta. Por exemplo, há dados de que os EUA buscam dados sobre "distribuição de serviços" e "cadeias de abastecimento" sob o GATS; isso poderia forçar os governos a conceder acesso aos concorrentes estrangeiros para o fornecimento de serviços públicos, mesmo que o serviço em questão não tenha sido listado.

A ALCA, como um acordo de "cima para baixo", é ainda mais diretamente perigoso pelo fato de agora se ter "tudo sobre a mesa". Por exemplo, no acordo GATS, as regras de "Acesso a Mercado" e "Tratamento Nacional" são aplicáveis apenas para serviços listados; na ALCA (de "cima para baixo"), essas regras seriam aplicáveis a todos os serviços, a menos que esse fosse especificamente removido. Da mesma forma, o esboço do texto da ALCA ampliariam os subsídios de "Tratamento Nacional", o que significa que os governos não mais poderiam subsidiar as escolas públicas e hospitais sem oferecer subsídios similares às cadeias americanas com fins lucrativos. A ALCA também dispõe de regras de "Regulamentação Doméstica" que, mais uma vez, seriam aplicáveis a tudo.

Isso, aliado aos direitos das corporações de processar os governos que não observam essas novas regras, fornece os ingredientes necessários para um assalto completo aos sistemas de segurança social. Sob essas novas regras propostas, as corporações estrangeiras com fins lucrativos nos campos da saúde, educação e outros serviços sociais terão o direito de estabelecer uma "presença comercial" em qualquer lugar no hemisfério. Essas terão o direito de concorrer pelo dinheiro público com as instituições públicas como os hospitais, as escolas e as creches. Os padrões para os profissionais da saúde, educação, creche e serviços sociais ficarão sujeitos às regras e revisões comerciais para garantir que esses não sejam um empecilho ao comércio. E, se algum nível de governo tentar resistir a esses acordos e tentar manter seus serviços como um direito do público, as corporações com fins lucrativos terão direito legal de processar por compensações financeiras.

Segurança Ambiental

A perigosa combinação entre as regras da OMC e as propostas pela ALCA também representariam grandes ameaças à habilidade das nações em proteger seus recursos naturais, ou em manter regulamentações e padrões para proteger o meio ambiente e a saúde de seus cidadãos. Nenhum acordo contém uma linguagem para proteger o meio ambiente, e, de acordo com o texto da OMC de Doha, fica clara a supremacia das regras comerciais sobre os Acordos Ambientais Multilaterais. Além disso, as regras para restringir os padrões governamentais estão agora contidas nas cláusulas do SPS e do TBT em ambos acordos.

Os acordos de prestação de serviços da ALCA e da OMC têm sérias conseqüências ambientais e podem ser usados para contornar regras de sustentabilidade. Muitas salvaguardas usualmente utilizadas constam na lista como "Serviços Ambientais", incluindo áreas de interesse público tais como a aplicação de pesticidas,

construção de estradas para escoamento de madeira, locais para disposição de lixos tóxicos, tratamento de água, construção de ductos, parques, e áreas de proteção e serviços relacionados à mineração e agricultura. Os processos que parecem "restringir o comércio", tais como longos procedimentos de autorização, avaliação ambiental ou regras de melhoramento doméstico, podem ser desafiados sob as regras para serviços propostas. E é importante lembrar que o GATS não permite exceções para os governos que violarem o acordo para proteger seus recursos naturais.

Entretanto, a mais perigosa ameaça ao meio ambiente vem da complementação das regras de investimento do Capítulo 11 do NAFTA para as da ALCA, e a medida inclui investimento na OMC. Os países sob o regime do NAFTA já sofreram impacto das regras investidor-estado desse acordo. Uma série de regulamentações de saúde e ambiental já foi desafiada pelas corporações do continente contra os governos do Canadá, México e Estados Unidos, tendo por base o Capítulo 11. Este também é usado para criar um "efeito arrepio" através do qual os governos são avisados para nem mesmo considerarem determinadas medidas regulatórias novas, para não enfrentarem problemas com as cláusulas do NAFTA.

Qualquer nova regulamentação apresentada por qualquer nível de governo pode ser desafiada pelas corporações com interesses no setor em questão. Em essência, todos os governos têm que estar preparados para pagar pelo direito de proteger suas preocupações com a ecologia e saúde humana e animal dentro de seus mandatos.

Segurança Energética

É provável que a ALCA reflita as provisões energéticas que constituem parte integral do NAFTA e a população do hemisfério deveria estar ciente sobre o que ocorreu com um país do NAFTA, o Canadá, que abriu esse setor.

Desde a assinatura do NAFTA e de seu antecessor, a Área de Livre Comércio entre o Canadá e os Estados Unidos em 1 de janeiro de 1988, o Canadá se encontra profundamente comprometido com uma política antiambiental, anticonservacionista continental, totalmente não regulamentada, baseada em exportação a curto prazo, alto custo e grandes lucros, e controlada pelas corporações energéticas transnacionais. Em ambos os acordos, o Canadá assinou um acordo de "Compartilhamento Proporcional" que garante o abastecimento energético em regime de perpetuidade para os EUA. O Canadá não pode se recusar a emitir licença para exportação; manter sua própria "reserva vital de abastecimento"; exigir avaliação de impacto da exportação; aumentar os impostos de exportação; ou mesmo aumentar os preços para exportação. Isso deixou os consumidores canadenses competindo por seus próprios recursos energéticos contra uma economia dez vezes maior, reservas enfraquecidas e aumento da demanda. Esses acordos levaram a aumentos espetaculares na venda de gás natural canadense para os mercados americanos. Como consequência, hoje o Canadá exporta mais de 60% de seu gás natural para os EUA, um aumento de 25 por cento em relação a um período menos de vinte anos atrás. A história se repete no setor petroleiro.

Além disso, conforme descoberto através de um requerimento energético vazado impetrado pelos EUA e obtido por ativistas no Canadá, fica claro que a administração Bush busca a desregulamentação dos serviços do setor energético canadenses através do GATS. Na verdade, o requerimento pede que as companhias americanas recebam sinal verde para controlar todos os aspectos da indústria energética canadense, bem como da reestruturação do setor elétrico para que a infra-estrutura seja aberta à força para todos que quiserem participar. Esse é o mesmo modelo que arruinou a Califórnia. Isso significaria o fim do controle canadense sobre qualquer aspecto de sua política energética, incluindo a autoridade provincial sobre a eletricidade.

E, caso a solicitação do GATS pelos EUA e as provisões de "Compartilhamento Proporcional" do NAFTA forem expandidos para outros países das Américas através da ALCA, muitas outras nações-estados

provavelmente se encontrarão no mesmo barco que o Canadá, perdendo seu controle soberano sobre seus recursos energéticos e de hidrelétricos.

Segurança no Abastecimento de Água

A água é um outro problema altamente contencioso. A água já está listada como um sendo um "bem" tanto no NAFTA como no GATT, e como um "investimento" no NAFTA, e será um "serviço" tanto no GATS como na ALCA, caso seus proponentes consigam o almejado.

Durante a negociação do NAFTA, os oponentes imploraram que a água ficasse claramente fora do acordo. Os governos argumentaram que a água não estava sendo tratada de forma comercial naquele momento em nenhum dos países do NAFTA; portanto, a água, em seu estado "natural" estava em posição de segurança. Os críticos argumentavam que qualquer proteção seria, na melhor das hipóteses, temporária, e que a partir do momento em que qualquer jurisdição iniciasse a venda de sua água com propósito comercial, dispositivos chave do NAFTA (agora replicados na ALCA) se tornariam aplicáveis, colocando a água pública sob situação de perigo.

Há três dispositivos chave no NAFTA que colocam a água em situação de risco, e estas deverão se estender também para a ALCA. O primeiro é o "Tratamento Nacional", através do qual país nenhum pode discriminar para favorecer seu próprio setor privado no uso comercial de seus recursos hídricos. Uma vez que uma licença seja concedida a uma empresa nacional para a exportação de água, os "investidores" (por exemplo, as corporações) dos outros países do NAFTA passam a ter o mesmo "direito de estabelecimento" para uso comercial dessa água como as empresas locais.

O Segundo dispositivo é o "investidor-estado" do Capítulo 11. Esse se aplica à água de duas formas. Primeiro, caso qualquer país, estado ou província do NAFTA permitir que as empresas nacionais venham a exportar água, as corporações em outros países do NAFTA teriam o direito de processar por compensação financeira. Em segundo lugar, caso qualquer governo do NAFTA apresente legislação para banir a exportação de água a granel, isso significaria imediatamente que a água teria se tornado um "bem" comercial. Os direitos dos investidores externos do Capítulo 11 seriam postos em ação através da própria lei que os exclui, e estes poderiam exigir compensação financeira por oportunidades perdidas.

A terceira provisão é o Artigo 3:15, "Compartilhamento Proporcional", o mesmo dispositivo que criou o mercado continental para a energia. Uma vez que se estabeleça o comércio da água entre os países, as exportações seriam garantidas no nível adquirido aos 36 meses antecessores. Quanto mais água é exportada, mais água é necessária para exportação, mesmo que as evidências mostrem que os movimentos massivos de água sejam prejudiciais para o meio ambiente. Países como a Bolívia, que se prepara para vender água a granel para o Chile, devem se conscientizar. E todos os países do hemisfério devem estar cientes de que há registros em que o Presidente Bush diz ver a água do Canadá como parte do sistema elétrico dos EUA. É improvável que ele veria a água do Brasil de forma diferente.

E agora, os dispositivos de serviços dos novos acordos da OMC e da ALCA representam uma nova ameaça para outro aspecto da água: serviço municipal de abastecimento de água e rede de tratamento. A comunidade européia, representando suas grandes empresas de água, está exigindo direitos de "Abertura Total de Mercado" e "Tratamento Nacional" nos serviços hídricos de 72 países pelo mundo. Qualquer país que liste seus serviços de água sob essas condições terá que abandonar irrevogavelmente qualquer controle doméstico, abrindo seu mercado para a privatização da água pelas transnacionais. Para reverter a privatização local, um país deve ter permissão unânime por parte de todos os membros da OMC, o que é virtualmente impossível. Além disso, a UE busca "disciplinas regulatórias" nessa área, o que significa que mesmo que um país resista a listar os serviços hídricos diretamente, esse perderia grande controle na definição dos padrões para entrega de água.

Na verdade, mesmo esses princípios básicos como o da universalidade e o da prestação de serviços públicos, poderiam ser julgados pela OMC como sendo “restrições comerciais”, e assim serem banidos.

A inclusão da água nesses dois acordos representa uma ameaça para os países do Norte pelo fato de as três grandes empresas de água – Vivendi, Suez e Thams/RWE – terem como alvo a América do Norte e a Europa nos últimos meses. A intenção é controlar 70 por cento dos serviços de água do “Primeiro Mundo” em uma década. Mas a privatização forçada dos serviços de abastecimento de água nos países do Terceiro Mundo já representa um grande perigo. Essas empresas já operam em diversos países pobres pelo mundo e pela América Latina, incluindo o Chile, Uruguai, a Argentina e o Brasil, introduzidos através do Banco Mundial e FMI como parte de suas condições para reestruturação da dívida. Hoje, essas companhias terão ainda maior proteção dos poderosos acordos de investimentos e seus mecanismos de obrigatoriedade. Milhões de pessoas morrem por falta de água limpa e mais ainda estarão sob risco ao terem que sustentar as ultrajantes margens de lucro dessas corporações.

Ao se observar com mais cuidado as solicitações da UE para acesso ao mercado de serviços hídricos pelo GATS, percebe-se que um sistema público de abastecimento de água bem administrado em diversas cidades da América Latina, está sendo alvo de tomada pelas gigantes européias da água. Uma das principais metas para a expansão de mercados pelos EUA, por exemplo, é o Brasil onde 3.800 das 5.517 comunidades são servidas por empresas estatais enquanto que o restante é recebe os serviços do município ou através de cooperativas. De acordo com a Unidade Internacional de Pesquisas sobre Serviços Públicos, as solicitações empreitadas pelos EUA têm como meta alguns dos melhores exemplos de serviço de abastecimento de água da América Latina, tais como: o sistema comunitário de abastecimento e tratamento de águas de Porto Alegre, bem como por todo o Estado do Rio Grande do Sul; o cooperativo modelo de abastecimento e tratamento de água em Santa Cruz na Bolívia; e a reestruturada e bem sucedida empresa estatal de Tegucigalpa em Honduras, que melhorou dramaticamente sua eficiência e gestão. Além disso, os Estados Unidos solicitam a abertura de acesso aos mercados de outros países em que a população já expressou sua oposição de maneira democrática contra a privatização da água, tais como Bolívia, Panamá e Paraguai.

Segurança Alimentar

Os produtores agrícolas das Américas já sentiram a explosão da competição global sob a onerosa ditadura dos ajustes estruturais do Banco Mundial e do FMI, bem como dos dispositivos agrícolas da OMC. A “cultura” já foi removida da agricultura, tendo sido substituída por “negócios”. E agora, a ALCA adicionará seus poderes destrutivos à situação. Faria bem à população da América Latina, observar os dados produzidos pelo Canadá e México como resultado do NAFTA.

A população dos três países do NAFTA já pagaram um grande preço, de diversas formas, em decorrência dos acordos comerciais atuais em termos de segurança alimentar e da segurança das comunidades de pequenos produtores agrícolas. Os governos, canadense e mexicanos, já abriram mão de subsídios agrícolas e renda dos produtores muito superiores e de maneira mais rápida que seus principais parceiros do QUAD. Os produtores europeus de trigo, por exemplo, recebem três vezes mais subsídios que os canadenses e os produtores americanos recebem o dobro. Como resultado, há mais de 60.000 produtores agrícolas a menos no Canadá hoje do que quando o Canadá assinou o primeiro acordo comercial em 1988. Apesar de as exportações canadenses terem dobrado nesse período, em média, o produtor canadense está recebendo 22 por cento menos do que antes da assinatura do acordo. No México, os quatro primeiros do NAFTA levaram a aproximadamente 15 milhões de pessoas a deixarem suas terras. E entre 1994 e 2001, o preço pago aos produtores de milho no México caiu 48 por cento ao mesmo tempo em que o preço da “cesta básica” aumentou para a população.

Os produtores agrícolas, não mais trabalhando na terra, estão sendo enviados em missões para angariar lucros para as empresas do setor de alimentos. Atualmente, a comida servida nos pratos norte-americanos viaja mais de 2.400 km para chegar às mesas. A noção de produtores locais produzirem os alimentos para

as comunidades locais em troca de apoio a essas comunidades está se esvaecendo rapidamente. O resultado trágico e inevitável é a remoção para longe da América do Norte rural.

Dada a proibição do controle de importações e exportações por parte da OMC, apenas as grandes (grandes fazendas, grandes países e grandes empresas) podem subsistir. A América do Norte tem permitido às empresas transnacionais do setor alimentar a operarem sob seus próprios termos, removendo centenas de milhares de famílias da terra e dominando o setor completamente. Só nos Estados Unidos, 33.000 famílias com renda anual em torno dos \$100.000 dólares americanos desapareceram no período de sete anos antes da implementação do NAFTA. Ainda assim, o governo americano tem desafiado repetidamente os sistemas de administração do sistema de abastecimento alimentar do Canadá e do México – os mesmos sistemas que garantem um preço justo pago pelas mercadorias – como sendo práticas injustas. A intenção dos EUA é usar as novas negociações para colocar ainda mais pressão sobre o que resta das juntas de marketing do Canadá, especialmente do setor de laticínios e ovos.

Enquanto isso, as grandes propriedades rurais chegam à América do Norte de maneira assustadora. Essas fazendas agrupam animais em rebanhos de cultura intensiva tendo por base o modelo agrícola industrializado. Dados indicam que 2 por cento de todas as suinoculturas dos EUA controlam atualmente quase que a metade do inventário de suínos de todo o país. As conseqüências desse sistema de produção sob as perspectivas de saúde e ambientais, inclui a contaminação do ar e da água, vapores tóxicos e aumento do risco contra a saúde humana em função do uso indiscriminado de antibióticos e hormônios. As novas restrições propostas sob a “Regulamentação Doméstica” tanto pela OMC como pela ALCA tornaria muito mais difícil para que os governos apresentassem legislação necessária para controlar essas produções industriais.

Da mesma forma, os acordos comerciais têm encorajado os governos a promover a produção de alimentos geneticamente modificados e a apoiar as empresas transnacionais do setor agrícola que as produzem, ao mesmo tempo em que desencorajam os governos a introduzir legislação para controlar essa tecnologia. Por exemplo, apesar de as pesquisas indicarem que 95 por cento dos canadenses querem etiquetar os alimentos geneticamente modificados (GM), o governo canadense se recusa a fazê-lo. Os números são similares nos EUA onde 93 por cento dos americanos são favoráveis à etiquetagem obrigatória dos GM, de acordo com uma reportagem da ABC que indicou uma “quase unanimidade da opinião pública”.

Segurança Cultural

Os acordos de serviços tanto da OMC como da ALCA devem ter como alvo as políticas de governos que buscam proteger as indústrias culturais domésticas e melhorar a diversidade cultural. A cultura é considerada como um serviço tanto pelo GATS como pelo acordo de serviços da ALCA. Isso porque os EUA vêem a cultura como um grande negócio que precisa ficar sujeita às regras de mercado. De fato, de acordo com relatórios recentes sobre o Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, os produtos de consumo em massa produzidos pela cultura popular americana são atualmente os principais produtos de exportação dos EUA.

Os EUA querem usar esses acordos comerciais para abrir mercados fechados à sua indústria do entretenimento e prevenir que outros governos busquem políticas de proteção da cultura e tradição locais. Uma grande e bem organizada coalizão, que vincula os setores do entretenimento, mídia e tecnologia da informação dos EUA, se uniram para formar uma espécie de frente comum para oposição contra as proteções culturais de outras nações. Empresas como a Time-Warner e Disney possuem amigos poderosos no Capitol Hill e trabalham proximamente aos oficiais Representantes Comerciais dos EUA. Durante anos, o Departamento de Estado dos EUA utilizaram uma série de remédios para derrubar consistentemente as regras locais e nações-estados que protegem os produtores da cultura local e nacional.

Por exemplo, os EUA usaram a OMC para desafiar e derrubar as últimas proteções canadenses ao seu minigante setor de revistas. (As revistas americanas representam mais de 90 por cento das vendas do setor

de notícias no Canadá). Agora, os EUA (e a UE que, surpreendentemente, listaram exigências de publicações e de difusão de rádio e televisão de diversos países) querem melhorar seus poderes para contornar o protecionismo cultural por expandir o "Tratamento Nacional" aos subsídios culturais. Isso forçaria efetivamente os governos que transferem fundos para a indústria da cultura a fornecer fundos iguais para os conglomerados estrangeiros do entretenimento. Isso por sua vez, ameaçaria as culturas e tradições locais de diversos países.

O poder da globalização liderada pelas corporações na América Latina, Ásia e África, já levou os jovens a exigirem acesso a todos os bens de consumo e produtos de entretenimento de potência econômica dominante do mundo. Os filmes de Hollywood, a indústria global da música, a televisão, os livros publicados para as massas e os jogos de computador disseminaram uma homogeneização cultural pelo globo. A cultura corporativa ocidental está destruindo as tradições, o conhecimento, as habilidades, artesãos e os valores das diversas localidades.

Mas há reações de oposição. Em diversas partes do mundo há um crescente sentimento de que a cultura não é apenas mais um produto assim como o aço ou peças para computadores. Diversos países, através de programas de transferência de fundos, regulamentações de conteúdo e de outros mecanismos de política pública, têm encorajado seus próprios artistas, escritores e músicos para proteger suas antigas tradições. Um número cada vez maior de pessoas vê a cultura como sendo seu mais rico patrimônio cultural, sem o qual essas não possuiriam mais raízes ou alma. Para muitos, o valor da cultura não é monetário. Transformá-la em mercadoria seria o mesmo que destruí-la.

Isso é particularmente verdade para as pessoas indígenas e para as culturas do mundo cujas tradições e terras se encontram sobre violações constantes. As línguas indígenas estão sendo perdidas numa taxa assustadora e o patrimônio de recursos naturais das pessoas das Primeiras Nações está sendo erodido em nome da concorrência e do crescimento econômico. Não é de se surpreender que as pessoas indígenas tenham estado na linha de frente no fornecimento de liderança contra as políticas brutais da globalização econômica.

Quando o NAFTA entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 1994, o direito constitucional mexicano sobre a terra foi simplesmente abolido. Um movimento rebelde liderado pelos Zapatistas colocou o mundo sobre aviso de que as pessoas das Primeiras Nações não cederiam seus direitos tradicionais em nome da concorrência. Nas Filipinas, as pessoas indígenas se mobilizaram contra a escandalosa lei de mineração que dava às corporações estrangeiras, o direito de anular tratados históricos, e os direitos sobre a terra. Na Bolívia, a oposição à água privatizada foi liderada pelas pessoas indígenas. Na Índia, os aborígenes têm estado na linha de frente do movimento anti-reservatórios, freqüentemente colocando suas próprias vidas em risco para impedir os projetos. Os indígenas de toda a América Latina lutam contra o roubo de suas sementes e de outros patrimônios genéticos, freqüentemente baseados no acordo TRIPS da OMC.

Para muitos grupos indígenas que sentem o impacto letal e homogeneizante das conseqüências da globalização econômica, a diversidade cultural e direito à sua proteção, têm se tornado uma luta tão importante quanto aquela pela proteção da biodiversidade.

Segurança Comum

A perigosa combinação da OMC com a ALCA, da forma como apresentada atualmente, irá quase que certamente acelerar a remilitarização da América Latina. Historicamente falando, os EUA têm exercitado a força militar na América Latina de forma consistente quando seus interesses corporativos e econômicos têm sido ameaçados. Essa política é baseada na Doutrina Monroe E 1823, quando o então Presidente James Monroe declarou que a América Latina era "intocável" por parte das outras potências colonialistas. Desde então, sucessivos governos americanos têm invocado a Doutrina Monroe para justificar a intervenção militar nos países da América Latina para proteger os interesses corporativos americanos como os da United Fruit

Co. na Guatemala nos anos 1920 e da ITT no Chile durante o início dos anos 1970, ou para estimular as ditaduras amigáveis e estabelecer exércitos procuradores como os Contras na Nicarágua.

Hoje, os regimes de governo neoliberais como os da OMC e da ALCA são projetados para promover e proteger o militarismo e a corrida armamentista global. Em todos esses regimes comerciais modernos há um dispositivo chamado "isenção de segurança" que permite que qualquer governo tome as medidas consideradas necessárias para proteger seus interesses de segurança nacional. De acordo com o jargão padrão usado a partir do Artigo XXI do Acordo Geral de Tarifas Comerciais, esse inclui "tráfico de armas, munições e implementos de guerra, e tráfico de outros bens e materiais conforme realizado com propósito de suprir um estabelecimento militar (ou) realizado em tempo de guerra ou outra situação de emergência nas relações internacionais". Em outras palavras, o dispositivo de isenção da OMC e da ALCA dá a poderes militares como os EUA todas as ferramentas necessárias para abastecer a indústria bélica e o acúmulo militar na América Latina através do comércio propriamente dito.

Em 1994, após considerável pressão por parte dos fabricantes da indústria bélica dos EUA, o então Presidente Bill Clinton suspendeu uma moratória sobre a exportação de armamentos avançados para a América Latina, o que havia sido estabelecido desde 1977. Na metade dos anos 1990, os EUA já eram o maior fornecedor de armamentos militares para a América Latina, controlando mais de 25 por cento do comércio armado na região, três vezes mais que qualquer outro país. Todavia, a indústria armada americana queria se expandir ainda mais pelas Américas, argumentando que precisava acabar com a concorrência no suprimento de armas para a região. Nessa era pós Guerra-fria, o principal concorrente da indústria armamentista americana não era a Rússia, mas sim a União Européia. Com efeito, a corrida armamentista global agora era entre a UE e os EUA, onde a América Latina se tornou um importante novo mercado a ser conquistado. Os investimentos militares anuais estavam crescendo, sendo que países como o Brasil, Chile, Peru e México estavam entre os principais compradores de armas.

Hoje, o melhor exemplo de uma acumulação militar liderada pelos Estados Unidos na América Latina é o Plano Colômbia. Aqui, os EUA têm fornecido um pacote de assistência militar para a Colômbia, para ajudar o governo em sua guerra contra as drogas e em sua luta contra os movimentos guerrilheiros de esquerda no país. O pacote de assistência militar dos EUA inclui novos helicópteros militares e fundos para as corporações bélicas fornecerem treinamento para as forças armadas colombianas. Entretanto, para os EUA, a principal prioridade estratégica é proteger interesses petrolíferos de suas corporações na Colômbia. Em Washington, o principal defensor do Plano Colômbia foi a Occidental Petroleum que, juntamente com outras empresas como a Enron, BP Amoco e Colgate Palmolive, pressionaram no sentido de obter um pacote de assistência militar nos EUA. Enquanto isso, os fabricantes de armamentos dos EUA, tais como a United Technologies e a Bell Helicopter que possuem laços políticos muito estreitos com o Capitol Hill (governo americano), se beneficiam diretamente com a venda de armas. De fato, a Bell Helicopter, que agora fornece helicópteros como parte do Plano Colômbia, contratou inicialmente o antigo embaixador americano para a Colômbia como sendo seu principal lobista em Washington.

Para muitos latino-americanos, o Plano Colômbia simboliza os temores da população no sentido da remilitarização da região. Isso porque, tem levado décadas de luta e resistência popular para acabar com os estados de segurança militar e nacional que dominaram a América Latina por mais da metade do século XX. Ainda assim, essas tendências no sentido da remilitarização são mais que prováveis sob o impacto combinado da ALCA e da OMC. Isso porque não é apenas o comércio armamentista que promove e protege os interesses corporativos por esses regimes, mas o direito de fazê-lo será incluído na lei internacional. Além disso, qualquer tentativa de desafiar o abastecimento da corrida armamentista ou a acumulação militar na América Latina enfrentaria todo o peso dos mecanismos de reforço da ALCA e da OMC e suas formas de punição econômica.

Que resultados podem decorrer das políticas comerciais da OMC e da ALCA?

Nos países da América Latina, as pessoas começaram a falar sobre a ALCA e a OMC como sendo os monstros de duas cabeças da liberalização da economia comercial global. O impacto do NAFTA sobre o México sozinho durante os últimos nove anos, de acordo com dados oficiais, demonstra que os regimes de livre comércio como esse podem ser especialmente devastadores para os países mais pobres. Durante o período do NAFTA, o México vivenciou sua menor taxa anual de crescimento no seu PIB quando comparado com outras estratégias econômicas empreitadas no último século. Mais de 6.2 milhões dos empregos criados nos primeiros sete anos do NAFTA no México foram “maus empregos” com altos níveis de insegurança no trabalho, longos períodos de trabalho, contratos temporários e menos benefícios que aqueles determinados pela lei. No setor agrícola, mais de um milhão de pequenos produtores ou pequenas propriedades foram excluídos, tendo que abandonar suas terras e atividades em grande parte por não mais serem competitivos com os produtos agrícolas altamente subsidiados originários dos EUA.

O Monstro de Duas Cabeças

É claro, essa é apenas a “ponta do iceberg”. Sob o “monstro de duas cabeças” da ALCA e da OMC, a “corrida para o fundo” do NAFTA seria expandida na medida em que os trabalhadores e pequenos produtores rurais explorados no México, são jogados contra mais trabalhadores e produtores desesperados e no Haiti, na Guatemala e no Brasil. Certamente, se o NAFTA servir como termômetro, o impacto combinado as regras comerciais propostas pela ALCA e pela OMC sobre os países em desenvolvimento das Américas poderá ser ainda mais devastador que a experiência com o NAFTA em termos econômicos, sociais, alimentares, ambientais e de segurança comum. Além disso, há sinais de que os governos e seus negociadores começaram a se preocupar com essas ameaças potenciais. É por isso que, por exemplo, tem-se dado mais prioridade à grande margem entre os países ricos e pobres de acordo com esses regimes comerciais quando o Comitê de Negociação Comercial da ALCA se reuniu em abril de 2003. Porém, podemos esperar muitas outras manobras na medida em que as políticas de negociação comercial sejam apresentadas tanto pela OMC como pela ALCA.

Nessa altura, o principal problema para os principais promotores por trás das agendas da OMC e da ALCA, é a perda da sinergia nas negociações. No caso da OMC, a divisão entre os diversos países europeus e dos Estados Unidos sobre a invasão do Iraque e a reconstrução no pós-guerra causou sérias tensões que terão efeitos secundários sobre as negociações em Cancun. No caso da ALCA, a posição mais dura do Brasil em decorrência da eleição de Lula para o governo poderá acarretar no mínimo no desaceleramento e talvez quebra das negociações com a ALCA. Além disso, o estado deteriorante da economia dos EUA, aliado com as diversas ações protecionistas tomadas por Washington (ex.: a Lei Agrícola, o aumento das tarifas sobre o aço), têm servido para intensificar as divisões que contribuem para a erosão da sinergia das negociações. Tudo isso poderia mudar na medida em que grandes esforços são feitos para restabelecer a sinergia em preparação para os encontros em Cancun e Miami, porém, é importante questionar as estratégias que poderiam ser estabelecidas entre essas duas vias comerciais.

A OMC certamente apenas permite que seus países membro participem das negociações dos acordos regimes de comércio regional tenham caso esses tenham cobertura setorial substancial, e caso esses liberalizem ainda mais que as regras que a OMC. Com efeito, isso significa que a ALCA precisa ser OMC-plus ou, no mínimo, deve suprir todos os marcos de liberalização da OMC. Tendo essas regras do jogo em mente, os EUA, a UE, e outras grandes potências econômicas ficam aptas a usar os ganhos obtidos através um setor para negociar ganhos em outras partes do processo de negociações. Caso, por exemplo, os EUA tenham meios de alcançar regras mais fortes para a proteção da propriedade intelectual através da ALCA, isso poderá ser visto como um novo marco para se alcançar ganhos futuros nessa direção na OMC. Dessa forma, os EUA e outras

potências econômicas têm condições de desempenhar diversos meios regionais e multilaterais umas das outras, num esforço para negociar e maximizar seus ganhos.

Na medida que se negociam as regras da ALCA e OMC até o prazo final de 2005, pode-se esperar que esses tipos de táticas de negociação possa ser usada para lidar com questões mais controversas na mesa de negociações em ambas as organizações. Veja o exemplo da agricultura. Os EUA têm usado as negociações da ALCA para estabelecer uma fundação para desafiar e compelir a UE a reduzir substancialmente e eventualmente dismantelar seus subsídios de exportação para seus produtores. Entretanto, os impactos negativos da agricultura sob o NAFTA para os pequenos produtores Mexicanos, associados aos impactos negativos da Lei Agrícola americana para os pequenos produtores rurais e fazendeiros brasileiros veio reiniciar os conflitos dentro da ALCA sobre a agricultura. Parece agora que a posição tomada pelos países das Américas será a de vincular sua disposição a fazer concessões agrícolas para a ALCA ao sucesso da OMC no corte dos subsídios agrícolas. A menos que se progrida na OMC, o que significa fazer com que a UE acabe com seus subsídios para a exportação, haverá uma estagnação da liberalização da agricultura através da ALCA.

Luta pelo Poder entre os Hemisférios

O Brasil, principal contrapartida americano nas negociações coma da ALCA, também estará lançando mão das negociações na OMC como meio para levar vantagem. Atualmente, os parceiros mais fortes do Brasil na América Latina, a Venezuela e a Argentina, estão enfrentando suas próprias dificuldades econômicas. O Brasil precisa de aliados, e poderá segundo algumas fontes, ter melhores chances de os encontrar numa rena maior como, por exemplo, a OMC. Enquanto isso, o Brasil poderia desempenhar papel pivotal na estagnação das negociações da ALCA, ao insistir que acordos bilaterais sejam negociados e concluídos primeiramente entre os EUA e o Mercosul. Os oficiais do Governo Lula têm declarado que o novo governo brasileiro quer estabelecer um acordo comercial entre os EUA e o Brasil, da ordem de \$100 bilhões de dólares americanos, dentro dos próximos oito anos. Segundo eles, o Brasil também quer uma ALCA apta a abordar questões dos subsídios agrícolas, porém os oficiais americanos insistem que essas deverão ser determinadas inicialmente através da OMC, dada a posição européia e as possíveis implicações para os EUA de maneira global. Isso tudo criou um impasse. Atualmente, alguns oficiais brasileiros sustentam que seria melhor descartar a ALCA como um todo, em favor de um Mercosul mais forte e amplo, que poderia alcançar mais efetivamente o livre comércio, por tomar reclamações contra os EUA e a OMC.

Além disso, o Governo Lula lançou recentemente uma ofensiva diplomática completa para reconstruir o Mercosul como sendo o principal bloco comercial da América Latina. Após dez anos de existência, o Mercosul pareceu fraco e fatalmente dividido durante a última Cúpula das Américas em 2001, dados os colapsos das moedas regionais e das disputas comerciais. Agora, porém, graças à diplomacia energética de Lula, o Mercosul pode estar à beira de uma total revitalização. O Presidente da Venezuela, Hugo Chavez, após seu encontro com Lula em abril de 2003, confirmou a intenção de seu país de se unir ao Mercosul. Na Argentina, a recente tomada de posse de governo do Presidente Nestor Krcchner fornece ainda mais oportunidades de fortalecer as relações comerciais subregionais. Mais recentemente, a conversa de Lula com o Presidente Vicente Fox indicou que o México pode também estar buscando alternativas outras que não seja ficar trancado apenas a essa órbita em torno dos EUA através do NAFTA. Entretanto, para o novo governo Lula no Brasil, o fortalecimento do Mercosul não é apenas uma reação ao unilateralismo da administração Bush em Washington. Pelo contrário, é parte do que tem sido um sonho maior de se criar uma integração econômica e social maior entre as nações e povos da América Latina. Um Mercosul mais viável permitiria que seus países membros apresentassem uma frente mais unida nas negociações em Washington.

Qualquer que seja o caso, energizar mais para o fortalecimento do Mercosul e no sentido de encontrar novos aliados na OMC permite que o Brasil ganhe tempo e se posicione melhor para lidar com os EUA mais no futuro. Mesmo assim, isso representa um outro dilema. Apesar da oposição pública contra a ALCA ser muito

forte no Brasil, a OMC não representa necessariamente um substituto mais adequado. Veja, por exemplo, toda a questão das corporações tomando conta da privatização de serviços público como o da água. As três grandes empresas de água – Suez, Vivendi e RWE/Thames – que são a GM, a Fort e a Chrysler do setor de abastecimento de água, estão todas sediadas na Europa. Esses barões da água certamente planejam fazer uso das regras do GATS na OMC para abrir os sistemas públicos de abastecimento de água em países como o Brasil. Em seus esforços, essas empresas terão total apoio da UE que, como visto na sessão prévia, tem estado muito ativa no sentido de garantir que os serviços de abastecimento de água façam parte das novas e ampliadas regras do GATS. O mesmo poderia ser dito da indústria das telecomunicações e diversos outros setores da globalização econômica em que os blocos comerciais como a Europa e o Japão têm fortes interesses econômicos. Portanto, é importante manter a imagem do ‘monstro de duas cabeças’ em mente para se fazer distinções entre os poderes em jogo tanto pela ALCA como através da OMC.

Mesmo assim, a disputa pelo poder entre os EUA e o Brasil deverá se esquentar ainda mais através de uma série de pequenas disputas antes dos encontros em Cancun e Miami. Para dar novo fôlego às negociações da ALCA, os EUA enviaram, ao Brasil, oficiais sêniores da Casa Branca como o Secretário do Tesouro John Snow e o Representante Comercial Robert Zoellick para discussões de alto escalão em abril e maio de 2003. Até o momento, a impressão é de que o Governo Lula permanece firme em sua convicção de não haverá progresso sobre a ALCA, até que a questão espinhosa dos subsídios agrícolas seja resolvida de maneira satisfatória. Em contrapartida, os EUA continuam a insistir que essa questão seja resolvida através da OMC, o que significa, é claro, o rompimento do sistema agrícola europeu que é altamente subsidiado. Enquanto isso, Washington vem intensificando seu jogo duro na Cidade do México, exigindo que o governo mexicano cumpra com seus compromissos sob o NAFTA de reduzir ainda mais as tarifas sobre os produtos agrícolas importados dos EUA, apesar do dano que causa à vida dos pequenos produtores rurais. Essas, juntamente com outras questões contenciosas, são um sinal claro de que o prazo final de 1 de janeiro de 2005, para o encerramento das negociações da OMC e com a ALCA não será satisfeito.

Enquanto isso, o Governo Lula no Brasil tem estabelecido novos marcos e condições para as negociações com a ALCA. Durante as reuniões do G-8, em Evian na França, em junho de 2003, Lula pediu a criação de um novo fundo multilateral para fornecer os investimentos necessários na América Latina. Ele também deu uma dica de que o apoio dos EUA para esse fundo seria uma condição *quid pro quo* para que o Brasil avançasse nas negociações para a ALCA. O Brasil também propôs a criação de um “novo calendário” para a conclusão das negociações da ALCA, indicando que o prazo de 2005 precisa ser substituído por uma programação mais prolongado de negociações, que leve em consideração os últimos eventos da OMC. Entretanto, é importante ter claro em mente que a fundação para a ALCA já está sendo preparada por outras poderosas instituições e agências. Silenciosamente, por trás das cenas, as corporações transnacionais do Norte estão recebendo acesso irrestrito aos recursos e mercados da América Latina através de condições impostas pelas agências de crédito dos governos do norte, Banco Mundial e FMI, bancos multilaterais de desenvolvimento e através da privatização dos serviços públicos sob forma de ‘parcerias público-privadas’. É através desses processos e outros relacionados que se está organizando grande parte da infra-estrutura da ALCA, antes que os acordos sejam negociados, aprovados e ratificados.

Os EUA, obviamente, têm outros artifícios de poder que poderia usar para forçar o Brasil e outros países a se alinharem, inclusive através do uso do Banco Mundial e do FMI. Outra ferramenta poderosa, entretanto, é a Millennium Challenge Account (Conta Milenar de Desafios – MCA) que o Presidente Bush anunciou inicialmente nas Nações Unidas durante uma Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Monterrey no México. O objetivo do MCA nesse caso seria de fornecer fundos para os países pobres para que esses “aumentem sua capacidade” de participar das discussões comerciais. O programa tem por base o pressuposto de que esses países em desenvolvimento, que continuam a rejeitar o modelo do livre comércio, não tenham de fato, compreendido seus verdadeiros benefícios. O MCA seria usado para ajudar a corrigir esses mal-entendidos. Durante as reuniões da ALCA em Quito, os EUA lançaram um programa complementar

para os países em desenvolvimento das Américas, chamado Programa Hemisférico de Cooperação (HCP). Tanto o MCA como o HCP seriam aprovados pelo Conselho de Segurança Nacional dos EUA e poderiam desempenhar papel determinante no delineamento dos resultados das discussões globais sobre a OMC e a ALCA.

Ainda assim, as grandes alavancas de poder dos EUA hoje em dia são encontradas sob a Doutrina Bush de unilateralismo e da agenda de segurança nacional que liga a promoção comercial e a guerra contra o terrorismo. Com a invasão do Iraque, os EUA conseguiram dois resultados: perturbar a si mesmos como policiais do mundo, e disseminar a morte da política da política externa multilateralista. Assim como na Guerra contra o terrorismo, bem como com o avanço da agenda comercial global, os países estão ou contra ou a favor dos EUA. Washington, a caminho e durante a reunião Ministerial da OMC em Doha, não hesitou e vincular o comércio à luta contra o terrorismo, ao mesmo tempo em que pressiona as capitais desses países que vacilavam nas questões mais importantes. Mais recentemente, esses países que não apoiaram os EUA e o Reino Unido em sua invasão ao Iraque podem esperar alguma forma de retaliação através do comércio. Certamente o México e o Chile, após se posicionarem contra a ação unilateral dos EUA no Iraque, passaram a ficar vulneráveis na questão comercial. Isso explica, em parte, o atraso na ratificação de seu acordo comercial com o Chile pelos EUA. No final, entretanto, a Administração Bush finalmente ratificou o acordo, reconhecendo que se não o fizesse, isso viria a fortalecer a mão do Brasil na consolidação do bloco subregional em torno do Mercosul.

Esperando pela Democracia

Enquanto isso, o maquinário corporativo dos lobistas estará se preparando tanto para Cancun como para Miami, determinados que sua programação para que as regras da OMC e ALCA sejam implementadas em 2005. A grande máquina lobista corporativa, a Mesa Redonda Comercial, continua a desempenhar função pivotal nas consultas dos negociadores americanos. Outro grupo lobista corporativo americano, o Conselho das Américas, foi estabelecido para desempenhar um papel de influência na definição da posição Americana nas negociações da ALCA. No Canadá, o principal lóbi corporativo continua a ser o Conselho Canadense de Chefes Executivos (Canadian Council of Chief Executives), composto pelas 150 maiores empresas transnacionais sediadas no Canadá. Na Europa, a Mesa Redonda dos Industriais Europeus (European Round Table of Industrialists), composta pelas maiores corporações sediadas no continente, tem desempenhado papel contínuo na determinação das posições da UE na OMC e da proposta de Parceria Econômica Transatlântica entre a UE e EUA. O Japão, o outro principal componente do QUAD, possui sua própria máquina política corporativa conhecida como Keidanren. Ao mesmo tempo, foi formada uma série de coalizões, estabelecidas para programar as agendas e os resultados das influências de um determinado grupo de negociações da OMC, tais como a Coalizão das Indústrias de Serviços e o Fórum Europeu de Serviços com relação às atuais negociações do GATS.

Concomitantemente, as organizações da sociedade civil e os massivos movimentos populares ficam sistematicamente excluídos do processo de negociações tanto da OMC como da ALCA. A cada reunião ministerial da OMC, as organizações não governamentais têm a oportunidade de registrar e realizar suas próprias discussões, porém ficam mantidas deliberadamente distantes, removidas das delegações governamentais e do processo de negociação propriamente dito. A OMC sustenta que é decisão dos governos decidir pelo envolvimento da sociedade civil e sobre como trabalhar com os grupos dentro de seus respectivos países. Apesar dos oficiais de negociação tanto dos EUA como do Canadá, por exemplo, realizarem sessões informativas periódicas com organizações não-governamentais sobre as questões pertinentes à OMC e à ALCA, isso está muito longe de se estabelecer um processo formal de consultas com a sociedade civil, diferentemente, porém tão importante como, o que está sendo reservado para a comunidade empresarial. Na ALCA, quando se rejeita propostas feitas inicialmente para consultas com organização não-governamentais e movimentos populares, montava-se um Comitê de Representantes do Governo e da Sociedade Civil para transmitir os pontos - de - vista da sociedade para o Comitê de Negociação Comercial. Porém esse comitê

não possui mandato dos movimentos da sociedade civil, muito menos possui os mecanismos necessários para apresentar propostas de ação e apresentar os problemas de maneira efetiva.

Indo além de Cancun e de Miami, é importante não perder a noção do processo de negociação tanto da OMC como da ALCA, que levam aos pontos da decisão final e ratificação em 2005. Agora o Presidente Bush tem autoridade de aprovar o acordo em nome dos EUA sem ter que lidar com as restrições do Congresso Americano que levariam a votação parte por parte do Acordo. Agora, tudo o que é necessário é um voto 'positivo' ou 'negativo' para o pacote inteiro. O mesmo será verdade para os outros países também. Tanto a OMC como a ALCA são consideradas "empreitas singulares" o que significa que os países devem aceitar ou rejeitar o pacote final em sua totalidade, ao invés de poder se comprometer apenas com algumas partes do negócio. Os latino-americanos, bem como os cidadãos de outros países, terão que enfrentar uma proposta do tipo "tudo ou nada". E, caso a experiência passada com o NAFTA e a OMC sirvam como guia, os parlamentares terão participação mínima ou nenhuma na tomada dessas decisões.

Fica claro então o porque, de um número cada vez maior de organizações de cidadãos, sindicatos trabalhistas, grupos ambientalistas e movimentos de massa dos pequenos produtores, quererem abolir a OMC e a ALCA de uma só vez. Para muitos desses grupos, a ameaça mais perigosa desse 'monstro de duas cabeças' é a violação da democracia propriamente dita. Sob esses regimes de livre comércio, os 'direitos' e 'liberdades' das corporações ficam irrefutavelmente estabelecidos enquanto que os direitos e liberdades da população ficam amplamente ignorados. Esses acordos são desenvolvidos para fornecer segurança para as corporações e investidores e não para as pessoas e suas comunidades. A OMC e a ALCA, juntamente com o Banco Mundial e o FMI e com os bancos multilaterais de desenvolvimento constituiriam os principais marcos da nova arquitetura da governança econômica global. Trocando em miúdos, é um governo das, pelas e para as transnacionais. Dessa forma, ameaça se tornar uma forma de tirania contra as populações e seus direitos democráticos.

CONCLUSÃO

Para os ativistas dos movimentos sociais pelas Américas, o ano de 2003 está se tornando um ano exigente e desafiador. Afinal de contas, os dois eventos mais pivotais do calendário desse ano para a ordem econômica global ocorrerão nas Américas, a V Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio em Cancun, México, de 10 a 14 de setembro e a VIII Reunião Ministerial da Área de Livre Comércio das Américas em Miami, EUA, nos dias 20 e 21 de novembro. Durante os últimos meses, as alianças internacionais de pequenos produtores agrícolas, trabalhadores e movimentos sociais têm desenvolvido planos de campanhas para ambos eventos, Cancun e Miami.

Assim mesmo, o planejamento da campanha para Cancun e Miami é complicado dado o momento político atual. A invasão do Iraque pode ter acabado e o período de construção pós-guerra pode ter sido iniciado, mas não há clareza sobre se as forças militares dos EUA irão se retirar do Oriente Médio. Pelo contrário, a máquina bélica americana pode continuar em ação e aproveitar para lidar com outros "Estados problemas" constantes na lista do Presidente Bush. Para as pessoas das Américas, esses tempos ficam ainda mais complicados, dado o aprofundamento das tensões políticas sobre a integração com os EUA. As recentes ilustrações da Doutrina Bush sobre o unilateralismo americano nas questões globais, associado com o ressurgimento do Império Americano através da ação militar dos EUA representam um problema sério sobre o que isso representa para os outros países das Américas. Há uma outra complicação que se soma a esses dois fatores, mais especificamente a chamada para o estabelecimento de um 'perímetro comum de segurança' ao redor da América do Norte, a ser dirigido por Washington através de sua nova Agência Americana de Segurança Nacional (Homeland Security Agency). Na medida em que o 'comércio' se torna sinônimo de 'segurança', podemos esperar que o NAFTA seja reformulado como um instrumento para governar trocas interfronteiras em relação ao movimento não só de pessoas, mas também para o movimento de bens, serviços e capital. Juntos, essas medidas servirão, sem dúvidas, para acelerar a criminalização dos dissidentes ao se estabelecer como alvo e perseguir as pessoas ativas em diversos movimentos sociais, e que resistem abertamente ao modelo corporativo de globalização.

Ao desenvolver planos de campanhas para Cancun e Miami, precisamos ter muito claro em mente as três dimensões desse movimento político. Ao mesmo tempo, precisamos manter o foco firmemente sobre o 'monstro de duas cabeças' que são a OMC e a ALCA. A essa altura, as negociações em andamento nas duas frentes estão em alturas similares, seguindo para um prazo comum para conclusão no dia 1 de janeiro de 2005. Assim como argumentado, é estrategicamente importante se desenvolver planos educativos e de ação que 'liguem os pontos' entre a OMC e a ALCA. Afinal de contas, há atualmente uma conscientização e preocupação muito maior sobre a ALCA e a OMC não só no México, mas também por toda a América Latina. Por outro lado, no Canadá e nos EUA parece haver maior conscientização sobre a OMC e o NAFTA do que sobre a ALCA. Portanto, ao se organizar para Cancun e Miami, precisamos transmitir vividamente os vínculos entre a OMC e a ALCA em termos desse 'monstro de duas cabeças' da economia global.

Durante o último ano aproximadamente, começou a emergir um plano internacional comum para os encontros em Cancun e em Miami. Conhecido por "Plano de Ação de Havana" (pelo fato de ter focado sobre uma reunião de movimentos sociais que ocorreu em Havana em novembro de 2002), a estratégia é de se coordenar as ações pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais populares contra a OMC e a ALCA. O plano enfatiza a importância das campanhas na criação de vínculos entre os problemas comerciais específicos e outras questões de desenvolvimento como, por exemplo, a dívida e a militarização, além da identificação de outros objetivos corporativos importantes. Foi preparada uma semana comum de ações para Cancun, do dia 8 a 14 de setembro, por ser o dia 9 de setembro o dia internacional da ação, enquanto que o período de 17 a 21 de novembro foi definido como a semana de ação para Miami. Para ambos os eventos, foi identificada uma estratégia de duas frentes: uma estratégia de 'dentro' que envolve grupos engajados com as lutas políticas

relacionadas com a OMC em Cancun e com a ALCA em Miami, e uma de 'fora' que envolve grupos engajados com a mobilização de resistência popular em torno de questões e lutas específicas.

As lutas políticas de 'dentro', relacionadas com as negociações para a OMC e com a ALCA serão relativamente diferentes para Cancun e para Miami. Ainda assim, como podemos observar, dada a natureza das negociações ocorrendo em ambas as frentes, há diversas questões mais delicadas com maior probabilidade de instigar batalhas. Essas questões mais delicadas incluem as negociações para a agricultura, serviços e investimentos ocorrendo tanto na OMC como na ALCA, além de outros conflitos como o TRIPS contra a saúde pública e o aumento unilateral das tarifas sobre produtos industrializados, tais como o aço e a madeira, que colocam 'panos quentes' sobre a promessa neoliberal de acesso aos mercados. A qualquer momento, tensões sérias sobre essas questões ou outras relacionadas, podem emergir durante as negociações, 'baixando a bola do monstro de duas cabeças'. Dado o estágio crítico em que se encontram as negociações, aliado às conexões entre as negociações das duas frentes, essas dificuldades políticas precisarão ser monitoradas muito proximamente pelas organizações da sociedade civil.

Ao mesmo tempo, estão sendo organizadas diversas formas de resistência popular à OMC e à ALCA, tais como caravanas, passeatas, marchas e demonstrações, que deverão ocorrer em preparação para as reuniões em Cancun e Miami. Pelo fato de o 'monstro de duas cabeças' ser visto como uma violação aos direitos democráticos fundamentais das pessoas, grande parte da resistência que vem sendo organizada enfoca sobre esses direitos: direito dos pequenos produtores e direito alimentar; direitos dos trabalhadores e das pessoas indígenas; direitos à educação e à saúde, água, direitos do meio ambiente e à energia ou direitos culturais, humanos e genéticos. Para muitas partes das Américas, as maiores lutas desatadas para a proteção dos direitos básicos fundamentais estão ocorrendo nos movimentos de massa de pequenos produtores e pelos trabalhadores através de redes de grupos da sociedade civil. De uma forma ou de outra, todas essas formas de resistência popular estão relacionadas a uma ou mais questões da negociação com a OMC e a ALCA. Ao mesmo tempo, as campanhas sendo organizadas para a Cancun e Miami, enfatizarão sobre as dificuldades empenhadas pela dívida que enfraquece a maior parte das economias da América Latina, e o papel desempenhado pelas corporações transnacionais e que leva ao sofrimento humano.

A meta dessas campanhas para Cancun e Miami é a construção de uma comunidade que se baseia na resistência e em alternativas à OMC e à ALCA. Afinal de contas, é nas nossas comunidades locais que se sente o verdadeiro impacto desses regimes. Qualquer que seja o tópico contencioso que afete as condições de vida em nossas cidades, vilas e comunidades rurais – desemprego, fome, pobreza, reforma agrária, saúde, água potável, educação pública, energia elétrica a preços razoáveis, segurança alimentar, vivendas tradicionais, assistência social, desenvolvimento internacional – todos esses serão afetados diretamente pelas regras de governo da OMC e da ALCA. É imperativo, ao se organizar a educação comunitária sobre qualquer um desses tópicos, que se tome medidas para mostrar que as regras da OMC e da ALCA podem determinar o que os governos podem fazer ou não sobre essas preocupações vitais no futuro. Ao mesmo tempo, nós podemos nos unir aos nossos aliados nas Américas, através de demonstrações de nossa resistência a esses regimes comerciais e seus instigadores corporativos, por meio da organização de passeatas e paralisações em nossas próprias cidades e vilas durante as semanas de ação em setembro e novembro.

Mas, a promoção da sinergia para Cancun e Miami deve ser encarada como o início, não a conclusão. O percurso que segue os eventos da primavera de 2003 em preparação para o Ano Novo de 2005 é que será o mais difícil em termos de negociação. Esse será o período do "vai" ou "racha" para afundar as negociações da ALCA e podar os poderes da OMC. Além disso, essa campanha pode ser vencida. Assim como nosso relatório tenta demonstrar, essas negociações são corrompidas por profundos conflitos internos que significam problemas para a expansão da ALCA e da OMC. Assim como a campanha contra o Acordo Multilateral de Investimentos de poucos anos atrás, os ingredientes para uma possível vitória estão nas nossas mãos caso nós desenvolvamos formas efetivas de resistência. A nossa capacidade de enfrentar esse desafio depende, em

grande proporção, de nossa habilidade de ganhar territórios de resistência necessários em nossas comunidades locais. É por isso que nós precisamos trabalhar, de comunidade em comunidade, por todas as Américas, para criar resistência a esse 'monstro de duas cabeças', que possa ser sustentada após Cancun e Miami.

Por último, esse é um momento em que nós, pessoas das Américas, podemos redefinir nosso relacionamento uns com os outros. O momento para todos nós, comprometidos com a construção de sociedades justas, sustentáveis e democráticas, nos demos as mãos numa luta conjunta por uma nova parceria comercial, projetada para melhorar as condições econômicas, sociais e ambientais para todas as pessoas das Américas. No espírito dos Fóruns Sociais Mundiais organizados nos últimos três anos em Porto Alegre, Brasil, nós sustentamos a idéia de que "Another World is Possible" (É Possível Viver num Mundo Diferente). Usemos a preparação para Cancun e Miami para começar a *ligar esses pontos* e construir um futuro melhor para nossos filhos e netos.

FONTES E LEITURA ADICIONAL

Navigating NAFTA: A Concise User's Guide to the North American Free Trade Agreement,
Barry Appleton, Carswell, Toronto, Canada, 1994

The Multilateral Agreement on Investment and the Threat to Canadian Sovereignty,
Tony Clarke and Maude Barlow, Stoddart, Toronto, Canada, 1997

Whose Trade Organization? Corporate Globalization and the Erosion of Democracy,
Lori Wallach and Michelle Sforza, Public Citizen, Washington, USA, 1999

GATS: How the World Trade Organization's New Services' Negotiations Threaten Democracy,
Scott Sinclair, Canadian Centre for Policy Alternatives, Ottawa, Canada, 2000

The World Trade Organization: A Citizen's Guide,
Steven Shrybman, Canadian Centre for Policy Alternatives, Ottawa, Canada, 1999

Invisible Government, The World Trade Organization: Global Government for the New Millennium?,
Debi Barker and Jerry Mander, International Forum on Globalization, San Francisco, USA, 2000

The Multilateral Trading System: A Development Perspective,
Third World Network, United Nations Development Program, 2001

GATS: A Disservice to the Poor,
World Development Movement, London, England, 2002

The WTO, the Post-Doha Agenda and the Future of the Trade System: A Development Perspective,
Martin Khor, Third World Network, Penang, Malaysia, 2002

Water and the Current Round of WTO Negotiations on Services,
Ellen Gould, Canadian Centre for Policy Alternatives Briefing Paper Series, Ottawa, Canada, 2003

Inside the Fortress: What's Going on at the FTAA Negotiations,
Marc Lee, Canadian Centre for Policy Alternatives, Ottawa, Canada, 2001

Power Politics in the WTO,
Aileen Kwa, Focus on the Global South, Bangkok, Thailand, 2002

Stolen Harvest: The Hijacking of the Global Food Supply,
Vandana Shiva, South End Press, Cambridge, USA, 2000

Another Integration Is Possible: Sovereignty Yes, FTAA No,
Sarah Anderson, Institute for Policy Studies, Washington, DC, and Marcos Arruda, Institute Policy Alternatives for the Southern Cone of Latin America, Rio de Janeiro, Brazil, June 2002

Statement by the Hemispheric Social Alliance on the Declaration by Trade Ministers Meeting in Quito on the FTAA Negotiations,
The Hemispheric Social Alliance, November 2002

From Deep Integration to Reclaiming Sovereignty: Managing Canada-U.S. Economic Relations Under NAFTA, Bruce Campbell, Canadian Centre for Policy Alternatives, Ottawa, Canada, May 2003

Crossroads at Cancun: What Direction for Development?,
Canadian Council for International Co-operation, Ottawa, Canada, May 2003

NAFTA at Nine,
John W. Foster and John Dillon, North-South Institute/ KAIROS, Ottawa, Canada, 2003

RECURSOS NA INTERNET

Hemispheric Social Alliance
www.asc-hsa.org

Friends of the Earth International
www.foei.org

Jobs With Justice
www.jwj.org

Third World Network
www.twinside.org.sg

Focus on the Global South
www.focusweb.org

Citizens Trade Campaign
www.citizenstrade.org/ftaa

Hemispheric Campaign Against the FTAA
www.movimientos.org/noalca

Stop FTAA
www.stopftaa.org

World Development Movement
www.wdm.org.uk

The Council of Canadians
www.canadians.org

Polaris Institute
www.polarisinstitute.org

Public Citizen
www.citizen.org

Global Exchange
www.globalexchange.org

Our World Is Not For Sale Network
www.ourworldisnotforsale.org

Global Issues
www.globalissues.org

Global Information Center on Trade and Sustainable Development
www.wtwatch.org

Common Frontiers
www.web.net/comfront

Canadian Centre for Policy Alternatives
www.policyalternatives.ca

SOBRE OS AUTORES



Maude Barlow é a presidente nacional do Council of Canadians (Conselho dos Canadenses), e autora de 14 *bestsellers*. É diretora do International Forum on Globalization (Fórum Nacional sobre a Globalização) e co-fundadora do Blue Planet Project (Projeto Planeta Azul), um movimento dos cidadãos globais em proteção da água.

Tony Clarke é diretor do Polaris Institute of Canada (Instituto Polaris do Canadá) e preside o comitê sobre corporações para o Fórum Internacional sobre Globalização. Também é autor de diversos livros, inclusive do *Silent Coup: Confronting the Big Business Takeover of Canada* (*Tomada Silenciosa: Confrontando a Tomada pelas Grandes Empresas do Canadá*).

Barlow e Clarke são co-autores de três livros sobre o Acordo Multilateral de Investimentos e foram líderes canadenses na bem sucedida luta para acabar com o acordo.